



O EXCESSO DE TRABALHO PODE ADOECER E LEVAR À SÍNDROME CONHECIDA COMO BURNOUT



FOTO: EDUARDO DE OLIVEIRA

Um encontro com os diferentes Brasis para a promoção de saúde e comunicação. Esse foi o mote escolhido para celebrar os 40 anos do Programa Radis Comunicação e Saúde e também o tema central da mesa Comunicação Pública e Saúde: pessoas, territórios e narrativas, ocorrida em setembro, como parte das comemorações pelos 68 anos da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz). O bate papo entre os repórteres da revista Ana Cláudia Peres, Adriano De Lavor e Luiz Felipe Stevanim, atual editor da publicação, destacou a pluralidade de territórios e histórias de vida presente nas reportagens produzidas ao longo das quatro décadas de jornalismo público de *Radis*.

RADIS

edição 241 ■ out 2022

CAPA: ILUSTRAÇÃO DIGITAL DE EDUARDO DE OLIVEIRA

EDITORIAL

3 Amanhã será outro dia!

4 VOZ DO LEITOR

5 SÚMULA

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

10 A 17ª já começou

CAPA | SAÚDE DO TRABALHADOR

12 Cuidado para não se queimar

15 O poder de dizer não

17 Conheça possíveis sintomas

18 Covid-19 e exaustão profissional

20 Calma, nem tudo é burnout
E se for, há saídas

JUVENTUDE

22 Novas vozes indígenas

ARTE

28 Na fronteira entre
existências e resistências

LIVROS

32 Um porto de liberdade

34 SERVIÇO

PÓS-TUDO

35 A Negação da Ciência e o
Armamentismo que ceifou
milhares de vidas no Brasil

AMANHÃ SERÁ OUTRO DIA!

JUSTA HELENA FRANCO

O trabalho a partir da Idade Média é reconhecido como uma atividade importante na história da humanidade, tornando-se fundamental na estruturação da identidade do indivíduo, trazendo compensação financeira, sentimento de prazer, realização pessoal ligada à demonstração de competências e de integração numa sociedade.

Na contemporaneidade, os impactos provocados pelas mudanças nas demandas do processo produtivo alteraram o perfil do trabalho e do trabalhador que cada vez mais necessita de qualificação para atender o desenvolvimento de atividades múltiplas, cada vez mais complexas diante das inovações tecnológicas num mundo em constante mudança. Aliado a isto, o aumento do trabalho informal sem garantias trabalhistas e o desemprego cada vez mais geram situações de sofrimento, estresse e medo da perda do emprego. Na outra ponta, o trabalho é visto como capaz de gerar sentimentos de prazer ao superar desafios e sempre fazer o melhor, conquistando melhores salários e com isto a realização pessoal, que quando não alcançados também geram insegurança, sentimento de incapacidade, fracasso e o estresse crônico

Todos esses fatores podem levar a síndrome de burnout, um conjunto de alterações que começam e terminam no estresse, que embora mais facilmente identificado nos ambientes de trabalho também podem se desenvolver no ambiente escolar, acometendo até adolescentes e crianças.

O aumento dos problemas de saúde mental no trabalho recentemente chamou a atenção da Organização Mundial da Saúde (OMS), que recomendou aulas de Yoga nos ambientes de trabalho e treinamento de chefias como forma de diminuir os problemas de saúde mental.

Independente da atividade que se exerça, o completo estado de bem-estar não deve ser negligenciado. Assim como a resiliência, as terapias adequadas devem ser buscadas, quando o sentimento de “não fazer parte do nada” surgir.

Este é o recado que *Radis* dá a seus leitores ao ouvir relatos de pessoas que desenvolveram a síndrome de burnout.

Radis compartilha nesta edição os depoimentos de três jovens indígenas que, com ações individuais e coletivas, se lançam na defesa da Terra e das pautas dos povos originários. É fundamental a valorização de experiências e resistências da representação dos povos indígenas e grupos subrepresentados que precisam ampliar seu poder e construir novas narrativas a partir de suas próprias visões e suas linguagens, conquistando espaços de decisão e negociação, para fazer frente à dominação colonial excludente.

É animador que jovens com representatividade, independentemente de suas origens, cores, idades e gêneros, estejam buscando romper com um processo histórico que lhes negam seus direitos e o direito de todo um povo.

A primeira Conferência Nacional de Saúde (CNS) aconteceu em 1941, durante a ditadura de Getúlio Vargas, com uma concepção restrita em relação à saúde pública. De lá para cá, foram realizadas mais 15 Conferências, com destaque para a 8ª CNS que reafirmou a importância da Reforma Sanitária e colocou o controle social no centro das decisões e a saúde como direito para todos, inspirando o capítulo sobre saúde na Constituição brasileira de 1988.

Agora o país se prepara para realizar a 17ª CNS com ampliação de setores menos representados no evento, o que fortalece o controle social. E o SUS terá sua centralidade, mostrando fracassos e avanços. Certamente os participantes da CNS serão instados a pensar e buscar contribuir para a construção de cenários desejáveis e possíveis para o SUS em um processo político que hoje não está definido.

A imagem de capa da *Radis* número 127 de abril de 2013 com “um copo meio cheio, meio vazio” provoca reflexão sobre o otimismo e o pessimismo, de como ele é visto e julgado e do quanto é preciso remar contra a história que atualmente compõe o negacionismo.

Mas como bem diz o tema do evento, é preciso “Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia”, pois “Amanhã Será Outro Dia”.

Boa leitura!

■ JUSTA HELENA FRANCO SUBCOORDENADORA DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail radis@ensp.fiocruz.br Tel. (21) 3882-9118 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361



RADIS IMPRESSA DE VOLTA

Não vejo a hora. Saudades da minha melhor revista!

Wenia Martins, Santa Clara, RJ

Sentindo falta de receber minhas revistas *Radis*. Adoro a leitura.

Wal Agostinho, via Instagram

R: Olá, pessoal! A *Radis* impressa está de volta. Tivemos um problema com a gráfica que imprimia a revista e a situação demorou mais tempo do que gostaríamos para ser resolvida. Mas uma nova empresa já foi contratada e está trabalhando. Nosso compromisso é imprimir e enviar todos os números atrasados. Boa leitura!

PISO SALARIAL

Que tal desenvolver uma reportagem sobre o Piso Salarial da Vigilância Sanitária dos Municípios? O PL 1126/2021 está em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família. Quais são os benefícios trazidos por esse projeto de Lei?

Perfil Piso Salarial Vigilância (@pisosalarialvigilancia), via Instagram

R: Agradecemos a sugestão. Vamos levar para nossa reunião de pauta!

Narcolepsia em foco

“Sempre digo que há duas narcolepsias: a dos livros e a nossa. Nós temos que nos movimentar e difundir a doença. Precisamos ter voz”. A declaração foi dada por Ana Cristina Braga, atual presidente da Associação Brasileira de Narcolepsia e Hipersonia Idiopática (Abranhi), em entrevista à *Radis* 198. Naquela ocasião, às vésperas do Natal de 2018, ela abriu as portas de casa para compartilhar a rotina de uma pessoa diagnosticada com essa doença rara, cujo sintoma mais comum é a sonolência excessiva diurna, quando você pode cochilar em situações inimagináveis como durante uma conversa com alguém, enquanto come ou dirige.

Ana Braga enviou uma mensagem de áudio à repórter Ana Cláudia Peres, que escreveu a matéria, para contar como a reportagem foi importante para desmistificar a doença, vista muitas vezes como “frescura”. “Querida agradecer porque a *Radis* fez a primeira matéria em que o paciente teve voz, que falou da nossa vivência com carinho”, lembrou. Ela participou como representante brasileira de um painel internacional que marcou o Dia Mundial de Conscientização

da Narcolepsia, em 22 de setembro — data escolhida para chamar a atenção para esse distúrbio de difícil diagnóstico que, no Brasil, vem ganhando visibilidade graças ao trabalho da Abranhi, criada há apenas três anos.

“Até hoje essa matéria serve de bússola. As pessoas vão lá e digitam ‘narcolepsia’ e encontram informação. Vocês fazem parte da nossa história”, ressaltou Ana Braga, emocionada, à repórter. Bióloga e servidora pública precocemente aposentada por conta da doença, ela vem lutando contra o estigma e o preconceito e pela elaboração de campanhas e de políticas públicas. Como disse naquele dia, durante a conversa com *Radis*: “Nós dormimos. Mas nós queremos conquistar o mundo”.

Em tempo: No SUS, poucos são os locais especializados para atender quem sofre com a narcolepsia. No Rio de Janeiro, o Hospital Universitário Pedro Ernesto (HuPe) é pioneiro no atendimento especializado desse tipo de transtorno e, em conjunto com a Policlínica Piquet Carneiro (PPC), vem realizando pesquisas inéditas na área. [Para ver a reportagem completa, acesse: <https://bit.ly/3SI43G3>]

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa *Radis* de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ

Nísia Trindade
Presidente

ENSP

Marco Menezes
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe

Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO

Luiz Felipe Stevanim
Editor

Bruno Dominguez
Subeditor

Reportagem
Adriano De Lavor,
Ana Cláudia Peres,
Liseane Morosini,
Glauber Tiburtino,
Licia Oliveira

Arte
Felipe Plauska

Documentação
Eduardo de Oliveira
(arte e fotografia)

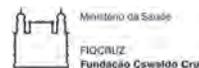
Administração
Fábio Lucas,
Flávia Vianna Papacena,
Ingridi Maia da Silva

ASSINATURAS

Assinatura grátis (sujeita a ampliação) Periodicidade mensal Impressão RJ OFFSET Indústria Gráfica Sustentável Tiragem 124.000 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



IMPASSE NO PISO SALARIAL DA ENFERMAGEM

Em agosto deste ano, o piso salarial da enfermagem — uma reivindicação histórica da categoria — foi estabelecido e sancionado pela Lei nº 14.434/2022, de autoria do senador Fabiano Contarato (PT-ES). Os valores fixados com a medida foram de R\$ 4.750,00 para enfermeiros, R\$ 3.325,00 para técnicos de enfermagem e R\$ 2.375,00 para auxiliares e parteiras. Contudo, no dia 5 de setembro, em decisão proferida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, a aplicação da lei foi suspensa por 60 dias, gerando protestos da categoria profissional em diversas cidades do Brasil. Ainda em setembro, os demais integrantes do STF confirmaram a decisão liminar do ministro por sete votos a quatro.

A suspensão atendeu a um pedido da Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos de Serviços (CNSaúde), que alega impossibilidade de cumprimento da determinação por conta da ausência de recursos para os pagamentos, além de outras questões estruturais não consideradas na formulação do piso, conforme noticiou o Correio Braziliense (22/9). Mediante a manifestação da entidade, o ministro do STF concedeu prazo até novembro para que os entes públicos e privados da área de saúde apresentem o impacto financeiro e indiquem as fontes para pagamento do piso. A decisão também objetiva a realização de avaliações sobre os desdobramentos nos atendimentos e riscos de

demissões dos profissionais frente às novas bases salariais.

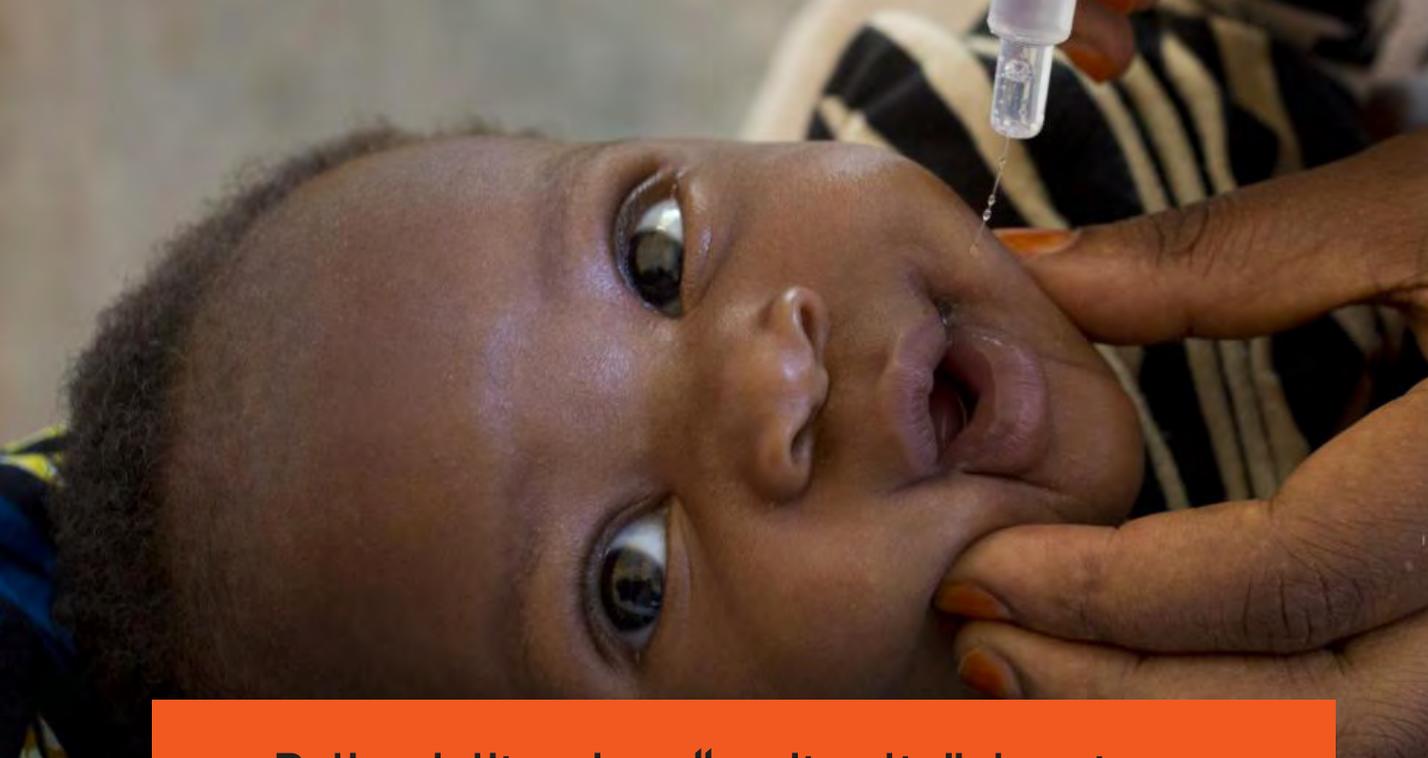
O portal de notícias G1 (16/9) ressaltou que o centro da discussão estaria justamente na equação entre a valorização dos profissionais da enfermagem e os impactos financeiros para instituições de saúde, estados e municípios. O ministro Barroso reconhece que os profissionais devem ser valorizados, mas entende haver falta de garantias para aplicação da medida nos moldes como foram estabelecidos e sem a definição das fontes de custeio. A Confederação Nacional dos Municípios (CNM), por exemplo, afirma que apenas para as prefeituras o custo da implantação do piso chegaria a 10,5 bilhões por ano.

De acordo com a Rádio Senado (21/9), o senador Rodrigo Pacheco, presidente da Casa, negocia com o governo fontes de recursos para bancar o piso na esfera pública. Entre as propostas, estariam impostos arrecadados com a atualização patrimonial e a repatriação de bens no exterior. Segundo o parlamentar, uma das soluções mais rápidas seria a realocação de verbas do orçamento. O remanejamento de recursos de combate à covid-19 para essa finalidade também tem sido discutido no âmbito do Congresso Nacional. Após aprovação no Senado, esse projeto do remanejamento de verbas do orçamento da saúde será votado pela Câmara dos Deputados. A proposta deverá garantir entre R\$ 6 bilhões e R\$ 7 bilhões de reais, segundo a reportagem.

Profissionais realizam dia de lutas

Em meio ao impasse instaurado quanto à aplicação da lei, no dia 21 de setembro, diversos profissionais de saúde realizaram protestos, ocupando as ruas em capitais do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Natal, Salvador e Brasília. O ato, com paralisação das atividades, foi convocado pelo Fórum Nacional da Enfermagem visando à oficialização do piso salarial da categoria, em resposta à decisão do STF.

Enquanto não houver definição de piso salarial nacional para o setor, o valor do salário pago aos profissionais varia conforme os acordos coletivos firmados pelos sindicatos da categoria em cada estado. O site Brasil de Fato (21/9) noticiou que a enfermagem responde por metade dos trabalhadores da saúde no Brasil.



Poliomielite: risco “muito alto” de retorno

O Brasil corre um risco muito alto de reintrodução da poliomielite, segundo advertência (21/9) da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). República Dominicana, Haiti e Peru também foram incluídos no alerta das regiões que mais correm perigo de retorno da doença. O comunicado veio em meio à queda da cobertura regional de vacinação para 79% — a menor desde que a doença, também chamada de paralisia infantil, foi erradicada do território nacional, em 1994.

Apesar de assustador, o cenário não é uma novidade. A baixa cobertura vacinal nos últimos anos vinha preocupando especialistas e, desde 2020, a Opas chama atenção para os riscos. Segundo dados do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI), a última vez que o Brasil alcançou a meta de cobertura contra a pólio foi em 2015. No início deste ano, a Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIM) já informava que, para a pólio não retornar, seria necessário atingir a meta de 95% das crianças vacinadas. Mas em plena campanha de vacinação, até 16 de setembro, apenas 44% das crianças entre um e quatro anos haviam recebido o reforço da vacina. Diante de índices tão baixos, a campanha foi prorrogada para 30 de setembro.

Uma das doenças infantis mais temidas durante todo o século 20, a pólio pode causar paralisia irreversível em alguns casos, mas pode ser prevenida por uma vacina disponibilizada pela primeira vez em 1955. Embora não haja cura conhecida, três injeções da vacina fornecem quase 100% de imunidade.

Godard e a morte assistida

A morte do cineasta francês Jean-Luc Godard, em 13 de setembro, um dos pais da Nouvelle Vague, movimento que revolucionou o cinema, trouxe para as manchetes o tema da morte assistida. A técnica é permitida na Suíça, país onde o cineasta vivia, mas proibida e considerada crime passível de prisão no Brasil. A informação foi divulgada pelo jornal Libération e citava que, aos 91 anos, o cineasta “não estava doente, estava simplesmente exausto”. “Ele tomou a decisão de acabar com isso. Foi sua decisão e era importante para ele que ela fosse conhecida”, reproduziu o G1 (13/9).

Diferentemente da eutanásia, em que outra pessoa é quem executa a ação fatal, a morte assistida, também chamada de suicídio assistido ou morte medicamente assistida, conta com a ajuda de um médico e é a própria pessoa que pratica o ato que conduz à sua morte. “De forma intencional, o profissional disponibiliza à pessoa as informações ou os meios necessários para cometer suicídio — incluindo aconselhamento sobre doses letais de fármacos e prescrição ou fornecimento desses fármacos”, explicou o Jornal do Commercio (13/9).





UNICEF BURUNDI/2019/PRINSILOO

Fiocruz integra campanha internacional

Para enfrentar o retorno da poliomielite, um grupo de cientistas e profissionais de saúde lançou uma campanha de mobilização digital pela vacinação e erradicação da doença até 2026. A presidente da Fiocruz, Nísia Trindade, é uma das signatárias e colíder da “Declaração científica de 2022 sobre a pólio: a necessidade urgente de alcançar um mundo livre da pólio” — esse, o título do manifesto que pode ser assinado aqui: <https://www.poliodeclaration.org/>.

No documento, pediatras, epidemiologistas e profissionais de saúde de todo o mundo refletem sobre os recentes desafios, as novas ferramentas e esforços que tornam possível a erradicação da doença. “A estratégia visa superar os obstáculos remanescentes, fortalecer os sistemas de saúde nos países afetados e entregar um mundo livre da pólio até 2026”, anunciam, reforçando que esse é um trabalho “viável, urgente e necessário”.



“ A pólio não é uma doença tratável. A prevenção é a única opção e só é possível com vacinas ”

Carissa Etienne
DIRETORA DA OPAS

Fiocruz obtém registro de teste para monkeypox...

A Fiocruz recebeu da Anvisa, em 20 de setembro, o registro definitivo do Kit Molecular para diagnóstico de monkeypox e outras patologias com sintomas semelhantes. O produto foi desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos/Fiocruz) e passou a ser o primeiro kit diagnóstico totalmente nacional registrado para a doença. O material foi desenvolvido com base nas recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e utiliza a tecnologia de PCR em tempo real. Seu uso possibilita a identificação do DNA do vírus causador por meio da coleta de material retirado das erupções cutâneas (pústulas) presentes nos indivíduos com suspeita de infecção do gênero Orthopoxvirus, causador da doença.

...e Brasil registra queda no número de casos

O surto de monkeypox pode estar em declínio em território nacional, conforme dados do boletim epidemiológico sobre a doença, produzido pelo Centro de Operações de Emergências (COE), vinculado ao Ministério da Saúde. A publicação em questão compreendeu o período de 28 de agosto a 3 de setembro, intervalo em que a média móvel foi de 35 novos diagnósticos, contra 107 registrados na semana anterior. Embora encarada com otimismo, a aparente queda também deve ser vista com ressalvas. Até que se tenha certeza se de fato a contaminação regrediu ou há inconsistências nas notificações, as medidas cautelares preconizadas pela OMS para controle da doença ainda devem ser observadas. Algumas delas são evitar contato com suspeitos da doença, isolamento daqueles que apresentarem sintomas, como o aparecimento de lesões, e vacinação.

Cai o rol taxativo

As operadoras de planos de saúde voltaram a ser obrigadas a financiar tratamentos que não estiverem na lista da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e que tenham eficácia comprovada. A lei sancionada pelo Presidente da República (21/9) veio depois de forte reação popular e mobilização de entidades na campanha Rol Taxativo Mata, que pedia a volta do rol exemplificativo. Com a sanção presidencial, o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, composto por 3.368 itens, deixa de ser determinante e volta a ser apenas um norte para o que deve ser financiado pelos convênios aos usuários do serviço, como explicou o Correio Braziliense (22/9).

O projeto de lei (PL 2.033/2022) passou por votações em agosto na Câmara e no Senado, após decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, em junho, retirou a obrigatoriedade dos convênios de cobrir procedimentos para tratar doenças que não constem no rol. José Sestelo, pesquisador do Grupo de Pesquisa e Documentação sobre o Empresariamento da Saúde (GPDES) da UFRJ, havia afirmado, em entrevista à Radis (239), que o rol taxativo era um indício da força do lobby empresarial na sociedade e no meio jurídico. Segundo avaliou, caso a mudança tivesse sido mantida, a tendência judicial seria favorável às empresas já que o rol, antes entendido como mínimo, passaria a ser máximo — em que as operadoras se limitariam a cobrir apenas o que estivesse incluído na listagem da ANS.



Menos verba para mulheres

A verba disponível para ações de enfrentamento à violência contra a mulher teve um corte de 90% nos últimos anos. O dinheiro destinado ao Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos para proteção das mulheres caiu de R\$ 100,7 milhões, em 2020 — primeiro Orçamento inteiramente elaborado pela atual gestão do governo federal —, para R\$ 30,6 milhões no ano passado. Neste ano, sobraram apenas R\$ 9,1 milhões, de acordo com dados da pasta.

Essa verba é usada nas unidades da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres, que atendem vítimas de violência doméstica, com serviços de saúde e assistência. Além disso, tem o objetivo de financiar programas e campanhas de combate a esse tipo de crime. Em um país cujos índices de violência contra a mulher atingiram patamares assustadores — em 2021, o Brasil registrou um estupro de mulher a cada 10 minutos e um feminicídio a cada 7 horas —, não é preciso dizer que esse corte orçamentário é mais uma péssima notícia. [Radis prepara reportagem especial sobre o assunto para as próximas edições]

Cortes no FNDCT...

Medida provisória editada pelo presidente Jair Bolsonaro, em 29 de agosto, subtraiu ao menos R\$ 14 bilhões nos próximos cinco anos dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), cujo objetivo é financiar instituições de ciência e pesquisa. A MP 1136 fixa que o conselho que administra o fundo poderá aplicar em 2022 apenas R\$ 5,5 bilhões dos R\$ 9 bilhões aprovados na Lei Orçamentária Anual. E ainda impõe um escalonamento dos percentuais do orçamento que poderão ser liberados, chegando a 100% do total da receita somente em 2027.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) divulgou, em 12 de setembro, a Carta ao Brasil Contra a Destruição de Nosso Futuro (<https://bitly.com/WSNILvnn>). Em 16 de setembro, quatro partidos (PCdoB, PT, Rede e PV) ajuizaram ação no Supremo Tribunal Federal (STF) em que questionam as alterações no fundo.

...e na Farmácia Popular

O governo determinou, na noite de 6 de setembro, corte de 59% no orçamento de 2023 do Farmácia Popular, que atende mais de 21 milhões de brasileiros com medicamentos gratuitos, para garantir mais recursos para o orçamento secreto. A transferência de verbas sem transparência a parlamentares foi revelada pelo jornal O Estado de São Paulo (7/9).

Os recursos do programa cairiam de R\$ 2 bilhões para R\$ 804 milhões, afetando o acesso a 13 tipos diferentes de medicamentos usados no tratamento de diabetes, hipertensão e asma, além de restringir a distribuição de fralda geriátrica. O impacto negativo havia sido relatado pelo Ministério da Saúde em ofício à área econômica ainda durante a elaboração da proposta de orçamento de 2023, enviada no final de agosto ao Congresso, segundo apurou o G1 (15/9). Diante da repercussão da denúncia, o governo anunciou que os cortes seriam revertidos.

Pandemia: fim à vista?

O boletim Infogripe Fiocruz divulgado em 15/9 confirmou a tendência de queda no número de infecções por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) no Brasil. O informativo demonstra que o patamar observado em âmbito nacional é o mais baixo desde o início da pandemia de covid-19, conforme noticiou a Agência Fiocruz de Notícias (15/9). O estudo mostra também que o crescimento de ocorrências de SRAG em crianças e adolescentes, observado entre os meses de julho e agosto deste ano, já dá sinais de interrupção ou reversão para queda em diversos estados do país.

Quem também se manifestou sobre o momento favorável ao fim da pandemia foi o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, em pronunciamento realizado no dia 14/9. “Ainda não chegamos lá, mas o fim está à vista”, destacou, ao lembrar que, na primeira semana de setembro o número de mortes reportadas pela doença em todo o mundo foi o menor desde março de 2020. O diretor-geral ressalta ainda a importância da busca e manutenção por um alto índice vacinal, além da testagem e sequenciamento do SARS-CoV-2.

Proteção contra novas variantes

Vacinas atualizadas contra a covid-19 começaram a ser aprovadas nos Estados Unidos, no Canadá, na União Europeia e no Reino Unido nas últimas semanas. Os novos imunizantes oferecem uma maior proteção contra as variantes mais recentes do coronavírus.

Duas farmacêuticas fizeram algumas modificações importantes nas vacinas contra a covid-19: a Pfizer, que é utilizada no Brasil, e a Moderna, que não faz parte do grupo de imunizantes adotados no país. No entanto, a Pfizer já pediu aprovação do novo produto à Anvisa e uma resposta deve ser divulgada nas próximas semanas. O Ministério da Saúde ainda não se manifestou sobre a chegada de doses bivalentes ou quais serão as próximas etapas e se os produtos atualizados serão aplicados na população em geral ou em alguns públicos específicos.



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Anvisa aprova vacina da covid para crianças entre 6 meses e 4 anos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, em 16/9, a aplicação da vacina contra a covid-19 da Pfizer em crianças entre 6 meses e 4 anos de idade. A autorização, com base em análises sobre a segurança e a eficácia do imunizante em crianças desta faixa etária, permite a sua utilização no país.

No entanto, o Ministério da Saúde não informou sobre a previsão de compra e entrega de imunizantes. A vacina para esta população apresenta dosagem e composição diferentes daquelas anteriormente aprovadas e utilizadas para outros grupos etários. Segundo comunicado da agência, “a formulação da vacina autorizada deverá ser aplicada em três doses de 0,2 mL (equivalente a 3 microgramas)”.

As duas doses iniciais devem ser administradas com três semanas de intervalo. Depois é necessária a aplicação de uma terceira dose a ser feita pelo menos oito semanas após a segunda para completar o esquema vacinal. Para facilitar a identificação dos imunizantes pelas equipes de vacinação, as tampas dos frascos terão cores diferentes: cor vinho para a nova faixa etária contemplada, laranja para o público de 5 a 11 anos e roxa para aqueles acima de 12 anos. 



A 17ª JÁ COMEÇOU

Conselho lança documento orientador da conferência, que está mobilizando movimentos da saúde pública em discussões preparatórias

BRUNO DOMINGUEZ

“**A**s conferências de saúde produzem novas manhãs para a democracia e para a vida das pessoas”. É assim, de forma poética, que o documento orientador para a 17ª Conferência Nacional de Saúde pretende inspirar a mobilização prévia ao maior evento do controle social da saúde, marcado para o período de 2 a 5 de julho de 2023, em Brasília. O texto foi lançado, em 14 de setembro, durante reunião do Conselho Nacional de Saúde realizada na Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro.

A poesia também está no tema central da 17ª, Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia — Amanhã Vai Ser Outro Dia, que pega emprestado um dos mais conhecidos versos de Chico Buarque. “O pleno do conselho decidiu dar enfoque à garantia de direitos que estavam sendo

retirados no país, mas a partir de uma perspectiva de esperança de um Brasil melhor, e daí veio a proposta de trabalhar com poesia, com o esperar de um novo dia”, explicou o presidente do CNS, Fernando Pigatto.

CONFERÊNCIA LIVRE

Para ele, a retomada de direitos depende da participação social, das reflexões e dos diálogos que já vêm acontecendo ao longo do processo da 17ª, como na Conferência Nacional Livre Democrática e Popular de Saúde, acompanhada pela Radis. Em 5 de agosto, o evento promovido pela Frente pela Vida reuniu representantes de movimentos ligados à defesa do direito à saúde em São Paulo — e, antes disso, outros mais em cerca de



120 atividades entre conferências estaduais, setoriais e encontros de entidades.

Sanitaristas históricos estiveram ali para defender a (re)construção plena do SUS em sua dimensão pública, integral e universal, seguindo três requisitos fundamentais: ampliação de recursos, caráter inteiramente público e democrático de gestão e adoção de carreira federal unificada para os trabalhadores. Uma aposta na “paixão SUS”, como classificaram.

“É um orgulho para a sociedade brasileira ver o protagonismo dos movimentos populares, do controle social, da academia, da gestão e dos trabalhadores da saúde na definição de diretrizes para nosso sistema de saúde em uma perspectiva de redemocratização da sociedade”, disse Luiz Augusto Facchini, ex-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

Lucia Souto, presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), lembrou que o Brasil já demonstrou em outros momentos a capacidade de “se reconstruir e refundar” em novas bases, citando como exemplo a inscrição da saúde como direito universal na nossa Constituição.

PARTICIPAÇÃO AMPLIADA

A ex-presidente do Cebes Sonia Fleury discursou pelo alargamento da mobilização em prol da reconstrução do SUS: “Precisamos voltar a nos conectar com a população, não ficar apenas no mundo da política institucional, mas olhar para a miséria, para o sofrimento, para a fome, para o desemprego”. Ela recomendou, especialmente, o estreitamento da relação com as favelas e periferias do país: “Esses grupos já estão organizados, e temos muito a aprender e produzir junto com eles”.

Pela primeira vez, conferências livres vão indicar delegados para a etapa nacional, justamente para ampliar a participação de setores menos representados no evento. A inspiração, conta à Radis o presidente do CNS, veio da 1ª Conferência Livre de Vigilância em Saúde da População em Situação de Rua, promovida pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) embaixo do Viaduto Pedroso, em São Paulo, em setembro de 2018. “Foi uma baita discussão, mas havia dificuldade para levar mais pessoas até Brasília”, contou.

Agora, além dos 2.952 delegados eleitos nas etapas estaduais, 600 serão escolhidos entre participantes de conferências livres que seguirem o regimento da 17ª — um adicional de 20%. A esse número, se somarão 200 pessoas indígenas, 296 delegados nacionais (conselheiros nacionais, titulares e suplentes) e 1.200 convidados, em um total previsto de 5.248 participantes.

RECUPERAR DIREITOS

Para Pigatto, esse contingente é “um dos esteios do SUS”, atores cotidianos da resistência e da reconstrução do país. Como indica o documento da 17ª, “nesse momento histórico, é fundamental reafirmar as premissas construídas há décadas por pessoas que lutaram no cotidiano para retomarmos o caminho que garanta as conquistas do povo brasileiro, e fortalecer um movimento de reconstrução nacional, o que exige uma ampla participação da sociedade numa articulação entre trabalhadores, usuários e gestores comprometidos”. **F**

SAIBA MAIS

Documento orientador da 17ª CNS
<https://bityli.com/OSTfvlqo>



CUIDADO
PARA NÃO SE

QUEIMAR

Síndrome de burnout pode afetar trabalhadores e desencadear série de transtornos físicos e mentais

GLAUBER TIBURTINO

Aos 19 anos de idade, a publicitária gaúcha Caroline Miltersteiner iniciava uma trajetória tipicamente bem-sucedida em uma empresa do ramo de marketing e tecnologia. Com desempenho e dedicação, ascendeu profissionalmente de forma muito rápida e, aos 25 anos, já era sócia do negócio, acumulando funções e atribuições. O que ela não sabia era que a sobrecarga de trabalho a que estava submetida poderia custar sua saúde física e mental ao desenvolver a chamada síndrome de burnout (em tradução livre, queimar por fora ou queimar completamente).

O termo é de origem inglesa, mas seus sintomas e efeitos já acometem ao menos um a cada três trabalhadores brasileiros. Esse dado resulta de um levantamento da *International Stress Management Association* (Isma-Brasil), realizado em 2019. O índice já alarmante, de 32% da população brasileira economicamente ativa adoecida pelo trabalho, pode ser ainda maior atualmente. Isso porque nos últimos anos a pesquisa nacional da Isma foi adiada devido à pandemia de covid-19. A estimativa de agravamento deve-se ao fato de que as próprias mudanças no trabalho decorrentes do contexto pandêmico também poderão impactar essa estatística.

A décima primeira versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), publicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em janeiro de 2022, oficializou o burnout como uma síndrome ocupacional relacionada ao esgotamento no trabalho. Essa deliberação, contudo, ocorreu anos antes, durante assembleia do órgão em 2019. Na CID-11, o burnout passou a ser descrito como uma síndrome “resultante do estresse crônico no local de trabalho que não foi gerenciado com sucesso”. Uma sobrecarga ou situação de conflito no trabalho pode até ser bem assimilada na nova rotina durante um tempo — mas se mal administrado e não solucionado, esse desequilíbrio pode sair do controle e gerar danos à saúde.

Foi o que aconteceu com Caroline Miltersteiner ou, simplesmente, Carol Milters. É dessa forma que ela se apresenta em seu site e redes sociais, em que aborda o tema com base em suas experiências, e como assina seus dois livros dedicados ao burnout. Ao se fundir com uma multinacional norte-americana, a empresa onde Carol

trabalhava ampliou exponencialmente sua atuação no mercado e suas responsabilidades também cresceram abruptamente. Ela afirma que de início normalizou a sobrecarga laboral a qual estava submetida.

“Achava tudo aquilo o máximo e pensando que estava fazendo pouco. Quanto mais viagem melhor, quanto mais lotada a agenda melhor, quanto mais correria melhor”, reflete sobre seu pensamento na época. A conta cobrada por um ritmo de trabalho desregulado foi chegando aos poucos — embora a jovem, cuja rotina no escritório era regada a café e energético, não notasse seus efeitos de imediato. “Daí, o corpo começou a dar sinais. O primeiro sintoma que tive, com 26 anos [em 2014], foi uma amigdalite constante, só associada ao trabalho mais tarde. Depois, vieram infecções gastrointestinais, passei a ficar muito nervosa na véspera de eventos importantes, e dali a um tempo notei que passei a tomar uma dose de whisky para relaxar e conseguir dormir melhor”, relata.

Àquela altura, as evidências já iam se manifestando de forma mais direta: “Já não desligava do trabalho, ficava o tempo todo pensando nas responsabilidades do dia seguinte, no que falaria nas reuniões, ficava acordada até duas, três horas da madrugada, virava noites e por aí vai”. A dedicação quase exclusiva ao trabalho foi também uma espécie de escape para Carol, que ao romper um noivado relata ter concentrado sua energia no campo profissional. “Eu me joguei no trabalho e ele me recebeu de braços abertos”, conta, sem saber o que viria logo à frente.

A busca incessante pela produtividade é uma marca da sociedade contemporânea. Esse é um aspecto destacado na obra do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, ao falar em “Sociedade do Cansaço”, título de sua obra publicada em 2017. O pensador asiático classifica os indivíduos do século 21 como sujeitos de desempenho e produção e faz a seguinte ressalva: “O que torna doente, na realidade, não é o excesso de responsabilidade e iniciativa, mas o imperativo de desempenho como um novo mandato da sociedade pós-moderna do trabalho”. Essa era uma crença de Carol quando pensava que o volume de tarefas cumpridas seria um sinônimo de êxito profissional e atestado de competência. O que, na verdade, pode gerar estresse e adoecimento.



Eu me sentia incapaz de fazer as coisas. Sentia-me impotente, exausta. Não adiantava passar o feriado descansando, por exemplo, pois continuava muito cansada.”

Giselli Duarte

MÚLTIPLA JORNADA E UM DIAGNÓSTICO

Outra história de vida que viria a ser impactada pelo burnout é a de Giselli Duarte. A paulistana — atualmente com 33 anos — atuava na área de marketing e em empreendimentos quando sofreu o primeiro impacto da síndrome, em 2012, sem perceber que sua dedicação profissional estava indo além da conta. “Para nós, que estamos o tempo todo correndo, trabalhando e estudando, parece que ocorre de forma silenciosa, mas só parece. Hoje, percebo que ele foi se desenvolvendo devido ao acúmulo de pequenos desgastes diários”, resume.

Os efeitos provocados pelo burnout foram então deixando suas marcas. “O cansaço vai se tornando uma bola de neve. Um dia você volta para casa do trabalho cansada, no outro dia também e, de repente, você já se acostumou a sentir-se esgotada diariamente”, constata. Giselli revela ter sofrido dois episódios agudos de burnout. O de 2012, quando residia e trabalhava no Rio de Janeiro, e outro em 2018, já em seu estado de origem. A rotina desgastante era uma característica comum em ambos os casos.

Giselli explica que em 2012 era gerente comercial e administrativa em uma empresa de engenharia e paralelamente empreendia em duas outras frentes, fora do horário do expediente formal. “Tive dores no peito muito fortes, crises de ansiedade, angústia, tonturas, insônia, náuseas, perdas de memórias do que eu tinha acabado de fazer, me explodia com as pessoas facilmente, mas nada chegou perto das crises de pânico”, relata.

Seis anos depois da primeira experiência traumática com os efeitos da síndrome, o desgaste ocorreu basicamente

devido à rotina exaustiva em uma startup [empresa jovem que visa crescer de modo agressivo] na cidade de São Paulo. “Em 2018, acordava às 5 horas da manhã todos os dias para conseguir chegar antes do horário combinado, pois era isso que o diretor esperava dos colaboradores”, narra. Além de um medo permanente de ser demitida, o cansaço típico do burnout também se fez presente. “Eu me sentia incapaz de fazer as coisas. Sentia-me impotente, exausta. Não adiantava passar o feriado descansando, por exemplo, pois continuava muito cansada”, relembra.

Esses sintomas, especialmente a sensação de esgotamento, se agravam conforme a rotina laboral estressante vai se conformando de fato em uma situação típica de burnout, como explica Marcello Rezende, psicólogo do trabalho da Coordenação de Saúde do Trabalhador da Fiocruz. Segundo o psicólogo, “no início, até é como se aquela exaustão sumisse enquanto a pessoa está ausente do trabalho. Mas depois, se for crônico, o indivíduo começa a ficar mal em todos os aspectos, então, se continuar por muito tempo nessa condição, contamina todas as áreas da sua vida”.

Quem ratifica essa análise é a presidente da Isma Brasil, Ana Maria Rossi, psicóloga e especialista em tratamento do estresse. “Essa exaustão representa um componente básico individual do burnout. A pessoa se vê sem saída, sem alternativa. E não passa com férias, nem fim de semana. Não é apenas um cansaço excessivo, é uma exaustão em que sair da cama já é um sacrifício imenso”, explica.

RELAÇÃO LABORAL TÓXICA

Depois de um período de lua-de-mel com o trabalho, Carol Milters também começou a sofrer com os efeitos deletérios de uma relação laboral nociva à saúde mental. Gradativamente, a jovem executiva foi indicando a sobrecarga física e psíquica gerada pela rotina atribulada. Logo, começou a não se reconhecer mais e a se sentir inapta às funções que exercia. “As pessoas que trabalhavam comigo começaram a reportar mudanças de comportamento, pavio curto e passaram a ter medo de falar comigo. Naquela época, eu comecei a resolver muitos problemas e a agir no modus operandi da adrenalina”, ressalta.

Em seguida, conta que passou a ter dificuldades na execução de suas tarefas e na tomada de decisões. “Perguntavam o que fazer e eu simplesmente respondia não sei”, recorda. “Hoje, eu entendo que esse cinismo, como chamam, ou despersonalização [desinteresse com o trabalho e com as pessoas relacionadas a ele] também compõem o quadro sintomático de burnout”, explica.

Carol afirma ter tido a sensação de estresse e impotência ampliada devido à inabilidade e falta de acolhimento de seu gestor ao expor sua aflição. Pouco tempo depois, saiu de férias e percebeu que algo errado vinha acontecendo — “meu corpo gritava e eu não escutava”. Ao retornar, os sentimentos negativos e de insegurança em relação ao trabalho se potencializaram e, a partir desse agravamento, resolveu se afastar por um tempo indefinido. “Como sócia, eu não tinha direitos trabalhistas, então pedi uma licença, porque entendi que precisava de um afastamento sabático quando na verdade estava doente”, constata.

Ao se distanciar de suas funções, ela foi percebendo novas formas de lidar com o trabalho. Porém, não teve oportunidade de pôr em prática as novas ideias: “O que era para ser um afastamento temporário se tornou definitivo e a empresa me desligou de forma unilateral, injusta e bem problemática, para dizer o mínimo”, desabafa. A partir do rompimento traumático, Carol decidiu então reunir suas economias para mudar de vida e, conforme relata, ir para o lugar mais longe que pudesse, imaginando que assim tudo se resolveria. O destino foi a Holanda, local onde vive desde 2017 e onde acabou recebendo seu diagnóstico, durante o segundo episódio grave de burnout que vivenciou, quatro meses após sua chegada ao país europeu.



O PODER DE DIZER NÃO

Carol Milters dedica um dos vídeos de seu canal no YouTube para tratar especificamente de um perfil de indivíduos, os chamados “obedientes”. São aqueles sujeitos que têm dificuldade em atender a suas próprias demandas e estão sempre disponíveis às demandas dos outros. Pessoas que não sabem dizer não. Carol aborda o tema sob a perspectiva metodológica da autora Gretchen Rubi, no livro *Melhor do Que Antes*. Vale a pena conferir em: <https://bit.ly/videodizernao>.

Em 25 de agosto, o Portal da revista científica *Nature* publicou uma coluna exatamente com essa abordagem, intitulada: *Why four scientists spent a year saying no* (Porque quatro cientistas passaram um ano dizendo não). A abordagem propõe uma reflexão acerca da sobrecarga que muitas vezes nos impomos para não decepcionarmos os outros. O texto relata a dificuldade de os pesquisadores firmarem um acordo de juntos chegarem a cem recusas anuais aos mais diversos convites, mas no fim registra os ganhos obtidos em relação à saúde mental e até mesmo na qualidade dos compromissos assumidos. Leia a coluna em: <https://go.nature.com/3cwpMv9>.

UM FENÔMENO OCUPACIONAL, NÃO UMA DOENÇA

Os especialistas ouvidos por *Radis* ressaltam que a nova classificação do burnout na CID-11 caracteriza a síndrome por três aspectos integrados: sentimentos de esgotamento ou exaustão de energia; aumento da distância mental do trabalho, ou sentimentos de negativismo ou cinismo em relação ao trabalho e uma sensação de ineficácia e falta de realização, com queda real e sensível de rendimento profissional. Embora na literatura acadêmica não haja consenso em relação ao conjunto de sintomas que determinariam a síndrome, a OMS adotou como referência esses três aspectos mais clássicos, desenvolvidos pela principal referência sobre o tema, a psicóloga norte-americana Christina Maslach, professora emérita da Universidade da Califórnia.

Ana Maria entende que os sintomas descritos por Maslach e adotados pela OMS se complementam. “É muito difícil você pensar que uma pessoa que esteja com um esgotamento crônico não esteja também desinteressada de suas atividades e com perda de produtividade”. Concordando com a confluência dos sintomas, Marcello ratifica a existência da tríade como um balizador para o diagnóstico. “Importante ressaltar que para a OMS esses três fatores devem ser observados conjuntamente para que um caso possa ser definido como burnout”.

Os especialistas atestam que a síndrome, inclusive, pode ser facilmente confundida com depressão. O fator ocupacional deve ser a chave para essa diferenciação, afirma Ana Maria, ao ponderar que “burnout não é uma doença ocupacional, ao contrário do que muitos pensam e até classificam”. “É um fenômeno ocupacional [que pode acarretar outras doenças] e a depressão pode ser uma de suas consequências ou manifestações. Porém, uma pessoa pode ter depressão independentemente do trabalho. Pessoas que não trabalham podem ter uma depressão, mas não seria decorrente do burnout”, ressalta.

Vitor Cavenaghi, médico psiquiatra e pesquisador do Instituto de Psiquiatria da Universidade de São Paulo (IPq/FMUSP), também comenta a semelhança e a inter-relação entre os transtornos. Para ele, observar cada caso é essencial para definir o diagnóstico. “Devemos estar atentos a mudanças comportamentais, como isolamento social, abandono

“É muito difícil você pensar que uma pessoa que esteja com um esgotamento crônico não esteja também desinteressada de suas atividades e com perda de produtividade.”

Ana Maria Rossi

de atividades que antes faziam sentido, isso somado a uma deterioração nos sentimentos em relação ao trabalho, que deixa de ser motivante, de ter sentido”.

Contudo, o especialista também reconhece a condição tênue dessa diferenciação. “Nem sempre é fácil diferenciá-lo de outros transtornos mentais, sobretudo dos transtornos de ansiedade e da depressão. Isso porque sintomas que são comuns à ansiedade e depressão também acontecem no burnout: cansaço, sensação de incapacidade e ineficiência, dificuldade para dormir e dificuldade de concentração, por exemplo, são sintomas que podem estar presentes em todos esses quadros”, afirma.

Sobre o desenvolvimento da síndrome, Marcello pondera que, na sua concepção, a natureza do trabalho que gera o burnout não deve ser compreendida apenas como a do emprego de vínculo formal. E explica: “Hoje em dia tem pessoas que mantêm uma rotina de estudos semelhante ao trabalho. De igual modo, muitas mulheres possuem desgastes decorrentes do trabalho doméstico ou mesmo no cuidado com os filhos. Daí, hoje, ouve-se falar também em burnout do estudante ou burnout materno”. Os três concordam sobre a necessidade de uma avaliação individualizada e que somente essa consulta e a conversa com o paciente podem orientar a condução mais adequada em cada caso.



CONHEÇA POSSÍVEIS SINTOMAS

- ❑ FALTA DE ATENÇÃO
- ❑ ALTERAÇÕES DE MEMÓRIA
- ❑ LENTIFICAÇÃO DO PENSAMENTO
- ❑ SENTIMENTOS DE ALIENAÇÃO
- ❑ SOLIDÃO E IMPACIÊNCIA
- ❑ INSÔNIA E FADIGA CONSTANTE
- ❑ TENSÃO MUSCULAR
- ❑ DORES DE CABEÇA E PROBLEMAS GASTROINTESTINAIS

[Fonte: Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar]



NÃO É CORPO MOLE

Uma das muitas marcas dolorosas do burnout é, também, o convívio com a desconfiança de superiores hierárquicos e até mesmo dos colegas de trabalho. A ausência de informações sobre o tema pode ser um fator que contribui com essa incompreensão e falta de empatia. “As pessoas não entendiam ou não queriam entender. É desesperador não saber o que fazer, ou ainda, ser julgada por fazer corpo mole e por isso não receber a ajuda necessária”, queixa-se Giselli.

Na visão de Carol, o mercado de trabalho não lida bem com a queda de produtividade, por qualquer que seja o motivo, e a própria sociedade também não acolhe as consequências do burnout. “Precisamos trabalhar, não só financeiramente, porque já é um perrengue não trabalhar, mas psicicamente, porque não tem espaço no mundo se a gente não trabalha. Qual o papel na sociedade para quem não produz? A cultura hegemônica do trabalho está nos adoecendo e por vezes a reproduzimos até sem perceber, afinal, ela é hegemônica por algum motivo”, reflete.

Ana Maria acredita que a nova definição da CID contribui para dirimir esses conflitos. Ela entende que a resolução da OMS irá auxiliar os trabalhadores e direcionar melhor a condução dos empregadores. “Por parte do empregador, ajuda a estabelecer parâmetros e respeitar limitações e direitos dos funcionários. Para o trabalhador, ampara sua denúncia e obriga maior compreensão por parte dos seus superiores”. Outro aspecto é que ajuda a estabelecer a relação entre o burnout e os afastamentos do trabalho. “Antes era muito presumido”, afirma.

Marcello também demonstra confiança de que o passo dado pela OMS ao reconhecer o burnout como uma síndrome decorrente do trabalho trará novas perspectivas à temática, especialmente em relação à saúde do trabalhador. E deve embasar a tomada de decisão por parte dos médicos peritos do trabalho em suas análises sobre os afastamentos, por exemplo.

“Acredito que nem mesmo os peritos tenham esse conhecimento aprofundado para tomar suas decisões. Falta formação a esse respeito nas faculdades de medicina. Até mesmo o psicólogo que não é relacionado ao trabalho tem pouco contato com o burnout”, avalia. Segundo ele, o campo da saúde do trabalhador já vinha atuando há tempos na discussão de que o trabalho pode gerar transtornos mentais. “Essa validação [com a CID-11] é uma declaração da OMS: o trabalho pode adoecer a mente”, ressalta.

Questionado a esse respeito, Vitor discorda em parte sobre a carência de informação por parte da classe médica atualmente. “Acredito que entre os médicos já se tinha um entendimento de que o burnout existe e que é uma situação relacionada ao trabalho. Inclusive, já constava na lista de doenças relacionadas ao trabalho”, argumenta. O psiquiatra reconhece, contudo, a existência de lacunas que ainda precisam ser preenchidas. “Claro que existiam e ainda existem divergências que precisam ser definidas, e um balizamento como esse da CID-11 pode nos direcionar no melhor entendimento da condição, inclusive trazendo esse debate do meio acadêmico para a sociedade e da sociedade para o meio acadêmico”.

DEMISSÃO COMO CONSEQUÊNCIA

Situações de desamparo, como as que foram relatadas por Giselli e Carol, ilustram como muitos casos são mal conduzidos e que as imposições hierárquicas ainda podem se configurar como um agravante para esse tipo de adoecimento. “Posso fazer toda a terapia do mundo e toda a meditação, mas se meu gestor falar que tenho que dar conta do serviço, mesmo indo além dos meus limites, e há uma relação de poder implicada ali, então o problema não está só no indivíduo”, pondera Carol.

Ao término do seu contrato de um ano, dos quais por cerca de oito meses foi acometida pelos efeitos da síndrome, na Holanda, Carol não teve seu contrato renovado em um momento delicado de instabilidade no novo país. “O gestor virou para mim e falou: ‘Não é nenhuma surpresa para você que não vamos continuar contigo, né?’” Ela afirma ter tentado argumentar e proposto mudanças, como uma nova área de atuação. Em vão. “Então eu cheguei aqui e fiquei desempregada. Doente e desempregada, que é a realidade de muita gente”, relata. “E aí, quem paga terapia? Quem paga medicamento?”.

Giselli viveu experiência semelhante à de Carol em relação à perda do emprego: “Em 2018, devido a uma crise em que parei no hospital, fui dispensada logo em seguida e isso gerou ainda mais estresse”. Como um suposto reconhecimento pela dedicação, conta que recebeu uma gratificação financeira e pouca empatia por parte da startup que a demitiu. “Na primeira oportunidade que

tiveram, me dispensaram sem pestanejar, mas me pagaram uma pequena indenização porque, segundo eles, eu ‘vestia a camisa’ da empresa e a tratava como um filho”. Seus problemas, contudo, não se resolveram com esse gesto. “Em decorrência da demissão, tive que realocar todo meu planejamento financeiro para conseguir fazer o tratamento e atender às demandas de um novo trabalho no qual eu ganhava menos do que a metade do anterior”, desabafa.

Embora marcante nesse processo de adoecimento, a sobrecarga laboral não é o único fator de risco para o burnout. A psicóloga Ana Maria Rossi elenca outros desajustes no trabalho que podem gerar estresse e desmotivação. Dentre esses potenciais fatores estariam: a falta de controle sobre as atividades desempenhadas e o formato de trabalho implementado; recompensas insuficientes, quando ocorre excesso de demanda e pouco reconhecimento ou sentimento de gratidão por parte do empregador; a falta de justiça, quando um profissional apto a receber uma promoção é preterido por outro que tenha mais afinidade com a alta gestão — por exemplo — e, por fim, em situações que gerem conflitos de valores.

Outro fator que pode ser preponderante para aumento de estresse e transtornos pós-traumáticos — no trabalho e fora dele — são períodos de grandes tensões, como a que o mundo tem vivenciado desde 2020, com a pandemia de covid-19 [Leia nas páginas 18 a 21].

COVID-19 E EXAUSTÃO PROFISSIONAL

Uma mudança brusca no ambiente e na rotina laboral pode gerar fatores de tensão e estresse. Imagine essa situação em uma pandemia da qual pouco se sabe a respeito e ainda ter que estar na linha de frente do atendimento, como foi o caso dos profissionais de saúde. Esse desafio adicional passou a fazer parte da rotina de Isis Letícia Brasil, enfermeira do Hospital Federal de Bonsucesso, no Rio de Janeiro, e também do Núcleo de Saúde do Trabalhador da Fiocruz. Isis, como muitos outros profissionais de saúde, temeu

não só por sua vida, mas também pela de seus familiares, no auge da pandemia de covid-19, quando precisou lidar frequentemente com aquela ameaça ainda desconhecida. O receio da situação a fez se isolar de seu marido, de sua mãe e de sua filha, agravando as adversidades decorrentes do seu trabalho naquele período.

“Para proteger minha família, resolvi sair de casa nos primeiros meses da pandemia, com medo de transmitir o vírus para eles. Minha filha tinha apenas 2 anos e foi muito difícil ficar longe dela, só falar pelo celular ou pelo

APOIO COLETIVO

A angústia vivenciada por Giselli e Carol é compartilhada por muitos outros trabalhadores que não conseguem amparo legal para se licenciar enquanto cuidam de sua saúde e acabam desligados de seus empregos, passando a ter que conviver com as sequelas geradas pelos conflitos e tensões mal resolvidas no trabalho e com o agravamento de não ter o seu suporte financeiro. Como prosseguir? “A realidade é que existem milhares de pessoas na fila do INSS, milhares de pessoas que estão cogitando tirar a própria vida porque não sabem para onde ir, porque não têm de onde tirar sustento e não querem mais depender financeiramente de outras pessoas por não terem mais saúde para trabalhar”, afirma Carol, que relata ainda que essa sensação de injustiça é presente em diversas situações que passou a observar a partir do compartilhamento de suas experiências com o burnout.

Reunir essas pessoas para que pudessem conversar sobre suas vivências e se apoiarem foi uma das motivações que levou Carol a fundar — em setembro de 2020 — um grupo de apoio mútuo online e gratuito, chamado Burnoutados Anônimos. As reuniões virtuais, promovidas por ela em uma plataforma de webconferência, ocorrem uma vez por mês, com uma a duas horas de duração em cada encontro, e têm registrado uma média de 30 a 40 pessoas das mais diversas profissões em cada sessão. Muitos brasileiros, mas não só. “Já tivemos a participação de um angolano e de pessoas de outros países também”, conta.

Segundo Carol, o Burnoutados Anônimos é o primeiro grupo de apoio aberto online e gratuito do mundo com reuniões

virtuais de pessoas que passam ou passaram pela síndrome de burnout para relatarem suas experiências e se apoiarem. A missão do grupo é a de oferecer acolhimento e partilhar informações sobre a síndrome. “A participação é gratuita e os encontros são absolutamente confidenciais”, explica a idealizadora. Saiba como participar das reuniões em: <https://bit.ly/3SDuDtP>.

Em seu livro *Pequenas Epifanias*, o escritor gaúcho Caio Fernando Abreu (1948-1996) escreveu uma crônica intitulada *Pálpebras de Neblina* — e um trecho em particular ganhou bastante repercussão na internet. Diz assim: “Um amigo me chamou para ajudá-lo a cuidar da dor dele. Guardei a minha no bolso. E fui. Não por nobreza: cuidar dele faria com que eu me esquecesse de mim”. Guardar a sua dor ‘no bolso’ para ajudar outras pessoas foi o que fizeram Carol e Giselli.

A primeira publicou dois livros, produziu um site, possui perfis ativos nas redes sociais e criou o grupo de apoio com reuniões virtuais. Já a segunda, dentre diversas outras iniciativas, estudou a síndrome como tema de seu Trabalho de Conclusão de Curso no MBA em Gestão Estratégica de Negócios e o transformou em um e-book. Ela também trata do tema na internet, especialmente no Instagram (@nocaminhodoautocnhecimento), produzindo uma série de postagens, vídeos, cursos e episódios de podcast dedicados ao burnout. E assim ambas seguem atuando na causa. Talvez não para esquecerem, mas, sim, para também superarem suas próprias feridas e traumas de períodos conturbados, fornecendo informações qualificadas por quem vivenciou o problema.

Isis e sua filha, Alice, com 4 anos na foto

lado de fora da porta de casa quando a saudade ficava insustentável”, lembra, e acrescenta que as lágrimas foram sua única companhia em muitas das noites daquele período longe das pessoas queridas.

Os efeitos devastadores do burnout sobre os profissionais de saúde já são conhecidos desde a década de 1970, pelo trabalho pioneiro do psicanalista alemão Herbert Freudenberger. Em 2020, com o avanço da pandemia, médicos, enfermeiros e outros trabalhadores foram diretamente impactados com um número elevado de internações, ausência de informações e aumento na ocorrência de mortes em suas rotinas. O estresse físico e mental nas equipes de saúde foi notório e, inclusive, abordado pela *Radis* em algumas edições, como a 213.



CALMA, NEM TUDO É BURNOUT E SE FOR, HÁ SAÍDAS



A produção de informações é importante para que o tema entre na pauta social e as relações com o trabalho sejam sempre revistas e analisadas, como constata Vitor Cavenaghi, psiquiatra e pesquisador da USP. “A busca por ajuda já está aumentando, as pessoas leem sobre o assunto, se identificam e identificam conhecidos com o quadro. Muitas vezes chegam ao consultório já sabendo bastante sobre o tema. Isso é muito positivo, no sentido de prevenir situações mais graves”. Contudo, é preciso entender também que conflitos, insatisfações ou excesso temporário de trabalho por si só não se configuram em burnout.

A conversa com pessoas do próprio trabalho, do convívio familiar e a ajuda de profissionais de saúde podem contribuir para a resolução de eventuais desequilíbrios no ambiente e na vida profissional. Ana Maria Rossi lembra também que a auto-observação não ocorre com facilidade. “A pessoa que sofre de burnout perde um pouco sua capacidade de discernimento. É importante conversar ou debater com alguém sobre limitações, angústias e dúvidas”, orienta. Já Marcello pontua a gravidade da síndrome, que não deve ser relativizada. “Exaustão emocional é algo grave, não é um cansaço. É estar esgotado fisicamente e não conseguir dormir, porque a mente não desliga. Somado a isso, ser uma pessoa indiferente no trabalho e se sentir incapaz? É gravíssimo”, adverte.

Segundo artigo publicado em setembro de 2020 no Portal Pumbed, uma plataforma online voltada para a classe médica, a prevalência de burnout nas UTIs no auge da pandemia teria chegado a 83% entre os médicos que estiveram na linha de frente e 71% entre aqueles que não atuavam diretamente no enfrentamento ao coronavírus. Um novo levantamento publicado no mesmo portal em setembro de 2022 — a primeira pesquisa anual de saúde mental do médico — aponta uma tendência de diminuição dos efeitos e da ocorrência do burnout entre os profissionais de saúde. O questionário eletrônico revelou que atualmente 62% dos médicos já tiveram ao menos sintomas de burnout, enquanto 8,9% dos profissionais foram identificados com a síndrome. Outros 17,1% afirmam ter tido burnout no passado e 36% revelaram apresentar sintomas, mas ainda não buscaram ajuda, o que indicaria forte tendência de subdiagnóstico dessa condição.

No hospital federal, Isis ficou alocada em uma área de

gestantes de alto risco. Ela relata não ter sido diagnosticada com burnout naquela época, mas confessa ter vivido situações de extremo desgaste e acompanhou muitos colegas na mesma situação limite. “Não tive o diagnóstico, mas vivenciei vários momentos de exaustão, que acredito terem piorado pelo estresse da situação”, diz. Para se ter uma ideia da dimensão do desafio da enfermeira, naquele período o Brasil já era o país com mais mortes de gestantes devido à covid-19 (*Radis* 216).

O HOME OFFICE E O BURNOUT

As reais consequências desse período serão conhecidas adiante, porém, algo que já se pode constatar é que não foram apenas profissionais da saúde que sofreram com o impacto da pandemia em relação ao trabalho. O próprio home office — se por um lado gera ganhos e satisfações em relação à maior flexibilidade na rotina e economia de

Especialistas podem auxiliar na identificação de um diagnóstico mais preciso e indicar possíveis formas de tratamento — que podem ser convencionais ou alternativas, conforme aptidões e interesses de cada pessoa. Afinal, ainda que o diagnóstico seja uma atribuição da área médica, não existe receita definitiva para todos os casos e a medicalização nem sempre é a única possibilidade de melhora. “Na minha experiência, o que é mais efetivo é o trabalho multidisciplinar, feito por psiquiatra, médico do trabalho, psicólogo ou psicoterapeuta e educador físico. O tratamento envolve mudanças em estilo de vida, na relação da pessoa com o seu trabalho e mesmo no próprio trabalho”, completa Vitor.

Giselli, hoje exclusivamente empreendedora, não dispensou os cuidados profissionais, mas elenca uma série de outras atividades que a ajudam no dia a dia a conviver com a síndrome. “Buscar ajuda profissional é fundamental. Em complemento a isso, faça atividades que lhe dão prazer, seja uma caminhada, corrida, esporte, dança, ler um livro, pintar, cantar, conversar com pessoas legais, enfim, encontrar algo novo”, aconselha ela, que também recomenda as Práticas Integrativas e Complementares e procedimentos da Medicina Tradicional Chinesa como possibilidades terapêuticas auxiliares.

Carol se reencontrou na escrita e se encantou pela prática do ukulele [um tipo de instrumento musical semelhante a um violão]. Ela tem feito da música, das pinturas em telas e de outros hobbies descobertos recentemente o complemento ideal ao tratamento convencional com acompanhamento médico, por conta das sequelas do burnout com as quais convive. Segundo Ana Maria, quem é realmente feliz e se

sente motivado no trabalho não estaria no “grupo de risco” do burnout. “Definitivamente a motivação e a satisfação são antídotos extremamente importantes para combater o burnout”, afirma. Para Marcello, no entanto, esse estado emocional não pode ser tido como algo imutável, pois uma hora o que já foi motivação e satisfação pode mudar de significado. Portanto, para ele, o alerta de observação e cautela seria sempre válido.

Independentemente da medida terapêutica adotada, um comportamento é fundamental para apagar a chama que desencadeia a síndrome: mudar. “Em primeiro lugar, não existe cura do burnout sem mudança do estilo de vida”, avalia Ana Maria. “Penso que no bojo dessa ajuda está revertermos a nossa relação com o trabalho, e não só tratar o burnout, mas também preveni-lo”, concorda Vitor. Já Marcello faz um convite para que cada pessoa que esteja nessa situação olhe para si e busque soluções para alterar sua rotina de trabalho: “Se chegou nesse ponto, rever o trabalho e procurar ajuda é fundamental”, conclui.

Para Carol, o mais importante é não individualizar a responsabilidade sobre o trabalhador e ampliar o debate a fim de enfrentar o problema de frente: “Precisamos parar de olhar para o burnout como um problema do indivíduo e olhar como uma questão realmente de saúde pública. É um espelho de como a gente se relaciona com o trabalho e ele não reflete o lado bom, por isso muita gente não quer ver, mas a gente precisa enxergar, senão só vai piorar”. 

■ LEIA A MATÉRIA COMPLETA NO SITE DO RADIS

tempo com deslocamentos —, por outro tem rompido uma fronteira sensível entre o ambiente laboral e o de descanso, uma vez que as duas coisas se fundem. Vitor Cavenaghi comenta o papel desses fatores advindos da pandemia e do aumento do uso da tecnologia na incidência de casos de estresse ocupacional, que podem evoluir para o burnout.

Segundo Vitor, muitas pesquisas indicam números expressivos nesse sentido. “Existe, por exemplo, o impacto da internet, de smartphones e aplicativos de mensagens, que borraram os limites entre o social e o privado, entre o trabalho e o descanso”, pontua. Marcello também acredita que a vigilância gerada pelos dispositivos móveis aumente a sobrecarga mental dos profissionais. “A própria OIT [Organização Internacional do Trabalho] já aponta, há algum tempo, alguns riscos de adoecimento nesse sentido. Hoje em dia, temos a tecnologia exacerbando o controle sobre o trabalho”, adverte.

Em live promovida pela Fiocruz sobre as mudanças no ambiente de trabalho, em julho de 2020, o sociólogo Ricardo Antunes, pesquisador da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ressaltou os riscos em substituir o escritório pela sala de casa e perder-se assim, ao mesmo tempo, o contato físico diário com os colegas de trabalho e o lugar de descanso após a rotina laboral. “Levo para casa o que há de pior no trabalho e devasto o que tem de melhor na minha casa, que é chegar, no fim da tarde, e dizer: ‘Bom, agora vou descansar e ver minha família’”, afirmou. Vitor destaca que é preciso atenção a essa característica do trabalho na contemporaneidade: “As mudanças impostas pela pandemia com trabalhos remotos e híbridos e a falta de tempo e recursos físicos e psicológicos para uma adaptação individual têm agravado problemas de saúde mental decorrentes do trabalho, como o burnout” afirma.



NOVAS VOZES INDÍGENAS

CONHEÇA TRÊS PERFIS DE JOVENS
ATIVISTAS QUE TRANSFORMARAM A
MOBILIZAÇÃO EM REDE EM ESTRATÉGIA
DE LUTA DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Quando a jovem Txai Suruí soltou a voz na abertura da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 26), em novembro de 2021, na Escócia, ela chamou a atenção para a importância da preservação da floresta Amazônica e dos povos originários, que estão na linha de frente da emergência climática. Também exibiu para o mundo a lucidez e o carisma da juventude indígena brasileira. Como Txai, há centenas de outros nomes que vêm se organizando em rede no território nacional, lançando mão de ferramentas de comunicação e se fazendo ouvir mais e mais alto, dia após dia. Juntos, gritam contra o Marco Temporal, cobram a demarcação de suas terras, noticiam as violações do Estado e a fúria dos invasores, mobilizam-se contra o racismo e o preconceito, reivindicam sua identidade.

Conheça o perfil de três jovens ativistas indígenas — Alana Manchineri, Samela Sateré-Mawé e Miguel Buréta —, que contam como esse caminho começou.

“O futuro é ancestral”

O relógio da Terra não para. Seis anos, 305 dias, 2 horas, 42 minutos e 14 segundos. Esse é o tempo, segundo os ambientalistas, que falta para que sejam adotadas medidas efetivas a fim de mitigar os efeitos das mudanças climáticas e evitar catástrofes decorrentes do aquecimento global. Com o semblante sério, Samela Sateré Mawé segura o cronômetro do clima, que se tornou símbolo de um movimento global, com protagonismo da juventude, que exige ações dos líderes políticos para salvar o planeta quando ainda há tempo. “Não tem como desassociar a pauta indígena da pauta ambiental, porque nós, povos indígenas, somos os principais guardiões do meio ambiente, guardiões da Terra, do bioma e da flora”, afirma à Radis.

A jovem de 25 anos, estudante de Biologia na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e oriunda do povo Sateré Mawé, tornou-se um dos rostos mais conhecidos na luta da juventude indígena pela preservação ambiental. Luta que atravessou fronteiras e ganhou repercussão internacional: Samela, ou simplesmente Sam, como é conhecida, integra o movimento Fridays for Future (fundado pela sueca Greta Thunberg), que reúne jovens do mundo todo em defesa da Terra. “Nós estamos utilizando as nossas armas contemporâneas, que são os celulares e a internet. Essas são as nossas ferramentas de luta e resistência”, declara.

Filha e neta de mulheres indígenas que dedicaram a vida em defesa dos seus territórios, Sam conta que se inspira no exemplo da avó, Zenilda Sateré Mawé, fundadora da Associação de Mulheres Indígenas Sateré Mawé (AMISM), em Manaus (AM). “Eu nasci numa associação do movimento indígena, que tem protagonizado a luta das mulheres. Quando percebi que poderia usar a minha voz para ser um veículo para difundir tudo o que estava acontecendo com nossos povos através da comunicação, eu não hesitei”, explica.

Com mais de 82 mil seguidores em seu Instagram (@sam_sateremawe), Samela atua como influenciadora digital e comunicadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga). Também é apresentadora do Canal Reload (@canalreload), em que busca desmistificar estereótipos que ainda existem sobre os povos indígenas — como a visão de que eles são “barreiras ao progresso”. “Nós, povos indígenas, temos um pensamento de pertencimento e conexão [com a Terra], e não essa ideia eurocêntrica de acúmulo e de se sentir superior em relação à natureza e ao que ela nos dá”, reflete.

O caminho para se tornar uma jovem ativista com projeção nacional (e internacional) aconteceu com a pandemia de covid-19, quando ela se tornou porta-voz do movimento de



“ A grande
mídia não nos
representa.
Ela não difunde
narrativas
corretas sobre os
povos indígenas ”

mulheres indígenas para divulgar a confecção de máscaras de pano e cobrar ações emergenciais voltadas para prevenir o avanço do novo coronavírus nas aldeias. Logo ela percebeu que poderia utilizar a comunicação como uma “arma” em defesa não somente do seu povo, mas dos povos originários como um todo. “Tentamos difundir todas as notícias e informações sobre o que tem acontecido dentro dos territórios indígenas, como ameaças, desmatamento, garimpo, caça e pesca ilegal, grilagem e avanço da mineração”, resume.

Em novembro de 2021, ela viajou para a Escócia para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 26). A decisão de se tornar uma “porta-voz” da pauta indígena veio com a percepção de que as ideias que circulavam sobre os povos originários na mídia e na sociedade em geral geralmente eram distorcidas. “A grande mídia não nos representa. Ela não difunde narrativas corretas sobre os povos indígenas”. É preciso, como ela diz, fazer valer a máxima de “Nada sobre nós sem nós”. “Por muito tempo, nós tivemos pessoas falando por nós: antropólogos, historiadores, pessoas que escreveram livros e tudo o mais. Mas agora nós somos protagonistas da nossa própria história”, defende.

Em uma postagem recente nas redes sociais, ela nos convida a uma reflexão: “Volte os olhos e refloreste sua mente para o futuro ancestral indígena.” Com esse convite, ela lembra que — embora a pauta indígena seja central na defesa da Terra —, essa é uma responsabilidade que cabe a todo mundo. “A responsabilidade por defender o que é nosso, o bioma e tudo o mais, não é só dos povos indígenas. É de todos. Não são apenas os povos indígenas que dependem da Terra viva”, ressalta. Da Amazônia para o mundo, Sam une em sua luta o passado e o presente, o local e o global: “Eu espero que as pessoas se deem conta de que o futuro é ancestral”.





PERFIL | ALANA MANCHINERI

“A comunicação como estratégia”

Em primeiro plano, as pernas de um indígena e um imenso manto colorido. Ao fundo, representantes de muitos povos, enfileirados, de costas para a fotógrafa e de frente para um famoso cartão postal de Brasília — sede das duas casas do Poder Legislativo, o imponente palácio do Congresso Nacional. Sobre eles, o céu azul de poucas nuvens do planalto central do país. Descrita assim, a fotografia parece menos impactante. Mas a imagem, feita por Alana Manchineri, vale por mil palavras. Veiculada pelo portal de notícias da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), chamava a atenção para as manifestações em defesa das demarcações de terras indígenas no Brasil, às vésperas do aguardado julgamento da tese do Marco Temporal pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2021.

Filha de pais que desde muito cedo a levavam para mobilizações em defesa da causa indígena, a jovem ativista do povo Manchineri descobriu na comunicação uma aliada. A guinada veio em 2018, quando participou de uma formação para jovens indígenas que reuniu em Quito, capital do Equador, coletivos de nove países da Bacia Amazônica para discutir comunicação e incidência política — esse o tema do curso que mudou sua vida. “A gente entende a comunicação como um instrumento de poder. E quando não estamos inseridos neste instrumento, há um apagamento da nossa identidade como indígenas”, diz.

Bióloga formada pela Universidade Federal do Acre (Ufac), Alana hoje é coordenadora e mobilizadora da Rede de Jovens Comunicadores da Coiab. Escreve textos, roteiriza vídeos, fotografa, realiza oficinas, participa de debates, joga nas onze. Um dia, produz a seis mãos um conteúdo sobre o impacto das mudanças climáticas para os guardiões das florestas no Acre — reportagem publicada no portal da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). No outro, assina o roteiro de uma animação em que utiliza elementos da cultura indígena para dialogar com o público infantil sobre o enfrentamento ao coronavírus. Também pode ser vista na internet, junto com outros comunicadores, promovendo uma oficina de

comunicação online (podcast e spot) na língua materna Manchineri e Jaminawa.

“A estratégia para debater ou enfrentar os muitos cenários de apagamentos que nos foram impostos é produzir nossas próprias matérias, nossas próprias fotos, nossa própria comunicação”, conta à *Radis*, dias depois de retornar de uma viagem ao Peru onde participou, pela primeira vez, da Cúpula Amazônica dos Povos Indígenas, cuja quinta edição aconteceu em setembro. Alana integrou a comitiva de 10 representantes da Coiab e foi a responsável pela cobertura jornalística do evento para a língua portuguesa. Entre outras notícias, a Cúpula revelou ao mundo que 26% do ecossistema da Amazônia foi destruído irreversivelmente pelo desmatamento, pela contaminação e pelo tráfico de drogas.

Para a ativista, não é possível separar a luta política da luta pela comunicação. “Por meio da rede de jovens comunicadores, a gente vem conseguindo fortalecer nossas vozes e nossos olhares na disputa de narrativas”, ressalta, em mais um dos muitos áudios que enviou à *Radis*. A entrevista teve de acontecer enquanto Alana se deslocava, entre as muitas agendas cotidianas e uma ida à aldeia — a maioria dos Manchineri habita a Terra Indígena Mamoodate, havendo ainda muitas famílias vivendo em seringais no Acre, sobretudo no interior da Reserva Extrativista Chico Mendes.

Além de coordenar a rede de comunicadores da Coiab, que já formou mais de 50 jovens para atuar em seus territórios, a jovem de 32 anos é uma das fundadoras e diretora de comunicação da MATPHA (@matphaac), organização indígena em contexto urbano, e integra ainda a rede de comunicadores Tambores da Selva, também ligada à Coordenação de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica). Quando não está em Manaus, onde vive atualmente por conta da sede da Coiab, instalada na capital amazônica, passa os dias em viagem pelos estados que desenvolvem ações e projetos apoiados pela instituição — são 44 em execução dentro da Amazônia Brasileira.

“Agora, a gente não precisa mais depender tanto dos jornais padrões que emitem opiniões estereotipadas sobre povos indígenas”, comemora Alana, reconhecendo avanços, mas admitindo que ainda há um longo caminho a percorrer. “Precisamos que todos os profissionais que fazem comunicação, não somente os indígenas, tenham consciência da diversidade de povos”. Seja como for, ela não tem dúvidas de que a rede de jovens comunicadores vem avançando a passos largos.

Este ano, enquanto participavam do Acampamento Terra Livre (ATL), em abril, e foram surpreendidos por uma denúncia de invasão por garimpeiros no território Xipayá, no Pará, foi a atuação de um dos jovens comunicadores que ajudou a dar visibilidade ao assunto. “Logo uma rede foi montada e tivemos um alcance muito grande”, lembra. “Agora, temos uma comunicação indígena de fato, as nossas comunicações funcionam, o que acontece no Mato Grosso, a Fepoint [Federação dos Povos

e Organizações Indígenas do Mato Grosso] comunica; o que acontece no Pará, a Fepipa [Federação dos Povos Indígenas do Pará] comunica”.

Se o assunto é diminuir estereótipos e pôr fim a silenciamentos, Alana não descansa. Durante um encontro promovido pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) em 2021, ela contou sobre um trabalho de pesquisa que vivenciou em uma escola na periferia do Acre. “A primeira pergunta que fiz quando chegamos foi se havia indígenas ali. Era possível ver pelos traços que alguns alunos eram de famílias indígenas, mas, naquele momento, ninguém se identificou como tal e vimos outras crianças zombando dessa questão”, relatou, na ocasião. Depois de um ano compartilhando a cultura indígena com professores e alunos, ao repetir a pergunta original, muitos se identificaram como indígenas e outras crianças passaram a respeitá-los. “Somos indígenas estando na aldeia ou em Manaus, na Europa, no Japão. Essa é a nossa identidade”, resume.

PERFIL | MIGUEL BURÉTA

“Por nosso direito de existir”

Aconteceu quando Miguel Buréta estava a caminho do trabalho — rua pacata, quase nenhum transeunte. Um carro em alta velocidade por pouco não o atropelou. Tentou pedir mais atenção ao motorista e o que ouviu, como resposta, foi uma ameaça racista: “Você quer levar dois tiros na cara, ó Tapeba?”, esbravejou o homem branco ao volante contra o jovem indígena que, na verdade, faz parte do povo Tremembé.

Ao narrar o episódio à Radis, Miguel Buréta ainda lembra do ódio que havia no olhar do interlocutor. “Não bastavam ser dois tiros, tinham que ser dados na cara!”

Essa não foi a primeira vez que sentiu na pele o preconceito. Miguel já foi barrado na entrada de um hospital, em Fortaleza, e, em outra ocasião, foi surpreendido por um paciente que, ao descobrir que estava sendo atendido por um indígena, pediu que ele “fizesse a dança da chuva”. Cenas como essas são reveladoras de um Brasil que discrimina e invisibiliza cotidianamente seus povos originários.

O próprio Miguel demorou a se reconhecer indígena. Sabia que tinha herança ribeirinha e um avô que plantava nas várzeas dos rios e retirava a subsistência do plantio e da criação de pequenos animais. Mas viveu uma infância urbana na capital do Piauí, Teresina. Por suas características físicas, quando criança, era o garoto da escola que ganhava adereços típicos. “Nas festas de abril, eu era sempre o ‘índio’, uma coisa bem caricata”, conta. Em casa, ninguém falava no assunto. Foi só quando entrou na universidade e reparou nas muitas violências e apagamentos sofridos pela cultura indígena no país que Miguel se deu conta de sua ancestralidade.



“Essa é a luta pelo nosso direito de existir”

Há sete anos, enquanto participava de um encontro nacional de estudantes de Farmácia, no Rio Grande do Sul, foi chamado de “índio domesticado”. Começava aí uma travessia individual de aproximação com suas origens. “Até então, muitos da minha própria família se identificavam como negros, mas aos poucos estão ficando mais sensíveis à discussão e reconhecendo direitos que lhes haviam sido negados”, acrescenta, chamando a atenção para o racismo estrutural que impera no Brasil e ainda insiste em designar quem é indígena — e quem deixa de ser. Hoje, Miguel vem se tornando uma das principais vozes do movimento de retomada em sua região.

Para que não restem dúvidas: retomar, diz o dicionário, é tornar a tomar (algo concreto ou abstrato, que se perdeu); recuperar; reaver. Povos indígenas em retomada estão, portanto, reivindicando, entre outras coisas, o direito constitucional à terra, à educação, à língua ou à saúde, como previsto pelo SUS. Nesse movimento, buscam dar continuidade a uma história interdita e reafirmar identidades étnicas há muito comprometidas, ora pela violência ora pelo descaso do poder público, sem contar ainda com o preconceito. Nas palavras de Miguel, a retomada é um processo de “desapagamento”. “É quando você se olha no espelho e começa a ver tudo aquilo que apagaram de você ou lhe silenciaram, aquilo em que seu avô e bisavô acreditavam e que você deixou de acreditar, a língua que lhe ensinaram a não falar e tudo o que ficou para trás”, diz. “É como se você fosse em busca do seu passado”. Ele foi.

Desde então, ao lado de outros parentes, vem construindo estratégias de acolhimento a jovens que, como ele, em algum momento se sentiram “perdidos em um não-lugar” — diz. “Esse é um primeiro passo para sensibilizar nossas famílias sobre suas origens mais profundas, sejam elas históricas, culturais ou geográficas”, explica, citando as muitas migrações que ocorreram nas fronteiras entre os estados do Piauí, Maranhão e Ceará e que provocaram a desterritorialização de povos indígenas. Via WhatsApp, o grupo de retomada aproximou jovens que agora se autodeclararam indígenas. “Nesse caminho, já localizamos várias diásporas, muitos aldeamentos forçados e a presença marcante em resistências no passado como durante a Balaiada [revolta popular que aconteceu no Maranhão entre 1838 e 1841]”, resume.

Além disso, os integrantes do grupo produzem textos e materiais diversos e organizam campanhas que favorecem o acesso a direitos antes negados. Miguel lembra que a mobilização do grupo, durante a pandemia, foi essencial para garantir a vacinação dos povos indígenas no Piauí — por não contar com terras indígenas homologadas, o Estado foi o último a assegurar imunizantes para essa população.

Naquela ocasião, eles não mediram esforços para ajudar a viralizar a campanha “Vacina Parente!”, da Apib. O movimento foi tão bem-sucedido que o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu que todos os povos indígenas, mesmo os que moravam nas cidades ou que não estavam em áreas demarcadas, deveriam ser vacinados.

“EU SOU O QUÊ?”

“Sou filho do não estado / Que no fim não tem estado / Que até hoje é litígio”. Os versos são de Apingorá Buréta Boró, como Miguel se apresenta, pelo menos nas redes sociais. O prenome ele ganhou no batismo da capoeira, já “Buréta” é apelido de família — “Minha família não era conhecida como povo Tremembé, mas pelo nome de Buréta”, relata. A alcunha é uma corruptela de Uruburetama, cidade cearense situada na Serra da Ibiapaba, que já foi um aldeamento de onde seus antepassados migraram. O “Boró” fica por conta de outra história: “Meu bisavô é fruto de uma violência praticada contra uma mulher indígena. Ele foi criado como filho bastardo de uma família ‘nobre’. Mas como ele não herdou o nome nem nada mais, cresceu como um criado, um capataz. As pessoas diziam: ‘Esse daí não tem nenhum boró’ [espécie de moeda]”, conta.

Em seu perfil no Instagram (@apingorahbureta), Miguel utiliza a poesia, a fotografia e outros elementos estéticos como forma de resistência. A retomada e os muitos racismos cotidianos dão a tônica das postagens. “É que, além da luta física, também disputamos a luta política através dos meios de comunicação e do espaço virtual, que se tornaram essenciais para o nosso povo”, afirma. Por meio dessas ferramentas, vem enfrentando o debate em um país cuja questão racial é quase dupla-face, diz. “Ou você é branco ou é preto. Mas se eu tenho o olho puxado ou a pele mais escura e o cabelo liso, eu não sou nem um nem outro. Então, eu sou o quê?” Outro grande passo étnico dado pelo grupo diz respeito à retomada da língua, antes pouco conhecida ou dada como morta. “A gente foi juntando palavras que conhecíamos, cantos repassados por nossos ancestrais, e preenchendo com outras línguas indígenas”.

Aos 30 anos, Miguel é farmacêutico e está cursando uma pós-graduação. Para breve, planeja um doutorado em que pretende estudar a “epidemia do etnocentrismo”, como ele vem chamando. “Porque o apagamento aos indígenas foi uma epidemia que continua acontecendo diante dos olhos de qualquer brasileiro”, sublinha. “Em breve, vão dizer que os Yanomami não existem mais. Mas eles estão lá, trabalhando à força no garimpo, por exemplo, e perdendo a sua identidade”. Para Miguel, o maior desafio dos povos indígenas hoje está em garantir a vitória contra o chamado Marco Temporal — controversa ação que tramita no Supremo Tribunal Federal que defende que povos indígenas só podem reivindicar terras onde já estavam na data de promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988. “Essa é a luta pelo nosso direito de existir e que afeta não somente os indígenas que habitam as aldeias, mas também aqueles que vivem em ambientes urbanos que querem fazer a retomada”, diz Miguel. “Isso é o que vai determinar acesso a direitos, inclusive melhorias nas políticas públicas”. **R**



NA FRONTEIRA ENTRE EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

Museu das Culturas Indígenas abre espaço para a arte que dialoga com diferentes visões de mundo

ADRIANO DE LAVOR

Um dos autores contemporâneos mais conhecidos dos estudos sobre pós-colonialidade, Boaventura de Souza Santos propõe metaforicamente a existência de uma “linha abissal” que divide o que é socialmente visível daquilo que não é. Para o autor português, tudo que é produzido “do outro lado da linha” torna-se inexistente, irrelevante ou incompreensível, já que “permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o ‘outro’”.

É possível pensar no recém-inaugurado Museu das Culturas Indígenas como uma ampliação deste espaço fronteiro a que se refere Boaventura, na medida em que promove por meio da arte o encontro e o trânsito entre aquilo que se considera “existente” — urbano, contemporâneo, superior, civilizado e reconhecido — e o “inexistente” — extemporâneo, clandestino, subalterno, selvagem e desqualificado.

Um espaço de aproximação e intersecção de culturas, onde a presença das culturas indígenas se legitima e se atualiza, transformando-se em território resistente.

Localizado na Zona Oeste da capital paulista, o centro cultural de sete andares, aberto ao público a partir de julho de 2022, nasce com a proposta de ser “um espaço de diálogo intercultural, pluralidade, encontros entre povos indígenas e não-indígenas, onde a memória da ancestralidade permitirá aos diversos povos originários compartilharem suas mensagens, ideias, saberes, conhecimentos, filosofias, músicas, artes e histórias”.

Oficialmente um equipamento da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, o museu é gerido por uma parceria entre a Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari e o Instituto Maracá, e exhibe desde a sua inauguração três exposições temporárias, organizadas

sob a curadoria dos artistas Tamikuã Txihi, Denilson Baniwa e Sandra Benites.

Em todos os trabalhos, um convite à defesa de territórios, à exploração de fronteiras, à reinvenção do (no) espaço urbano e à afirmação da existência de grupos, causas, modos de fazer e experiências de vida diversas dos tradicionais. Uma membrana permeável entre visões diferentes de mundo(s) que ao mesmo tempo que confere legitimidade ao conhecimento das margens denuncia violações e violências que ameaçam, no centro, o direito à diversidade, seja ela étnica, de gênero, de origem, de escolhas ou de padrões. Uma área indígena.

TERRA FIRME

Além de fazer parte da equipe de curadoria do museu — e de ter criado sua logomarca —, Denilson Baniwa provoca o visitante em Ygapó: Terra Firme, um convite para conhecer uma Amazônia contemporânea, que ultrapassa e desafia padrões. Em um diálogo sensorial com o espectador, o artista nascido na aldeia de Mariuá (onde hoje fica a cidade de Barcelos, às margens do rio Aiarí, no estado do Amazonas) e radicado em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, apresenta uma metáfora da resistência “e o vislumbre de uma futura existência”, como assinala na sua apresentação.

Ygapó (que em tupi antigo quer dizer “raízes d’água”) representa, para o artista, a capacidade que têm a dança, o canto, o fazer com as mãos e a conexão com a floresta em oferecer caminhos e dar continuidade à cultura e à vida. “Mesmo que árvores caiam, sua matéria orgânica torna viável o nascimento de outras ainda mais fortes”, sinaliza o artista. O trabalho se divide em dois andares do prédio. No sexto andar, o visitante se depara com um espelho d’água que reflete imagens de produções contemporâneas, tradicionais, sonoras e visuais de músicos indígenas, emolduradas por desenhos de animais da floresta feitos com giz em paredes escuras.

A terra é firme, mas as narrativas são fluidas e múltiplas, como se tivessem sido construídas no espelho d’água. Para além de um contraste entre linguagens artísticas e visões sobre a floresta, Denilson construiu um caleidoscópio com música, literatura e visualidade, uma narrativa crítica e resistente sobre a fertilidade da cultura coletiva e que pode ser ouvida nas vozes do grupo de rap Oz Guarani — “O índio é forte e sobrevive jogado à própria sorte” — ou da cantora Kaê Guajajara — “Olho em frente ao reflexo, me sinto gigante; já perdi tempo demais não seguindo adiante; vejo você por dentro, eu sei que é difícil de imaginar as raízes; se unem por dentro da terra”.

PÉS NO CHÃO

A exposição continua no quinto andar, onde o silêncio antecipa um contraste. Um tronco sem galhos repousa sobre o chão, tomado de folhas secas; ao redor, paredes em tons terrosos, quase vermelhos, lembram as áridas e humanas ameaças ao ecossistema: queimadas, mineração, desmatamento, barragens, incêndios, hidrelétricas. À porta da sala vazia, o educador guarani Anthony Karaí explica a uma visitante a importância do museu na promoção do diálogo



entre indígenas e os moradores da maior cidade do país: “A ideia é tornar este local um ponto de referência para que o povo de São Paulo conheça a cultura indígena presente no seu estado e no restante do país”, diz.

Morador da Terra Indígena de Jaraguá, localizada em São Paulo, Anthony foi selecionado para ser um dos monitores do museu, onde exercita com destreza suas habilidades de comunicação. Estudante de Direito na Universidade Nove de Julho (Uninove) e professor de língua e cultura Guarani em um projeto da Universidade de São Paulo (USP), ele também integra o coletivo indígena Guardiões da Floresta. Durante a pandemia, ele e outros jovens indígenas estudaram computação gráfica e edição de vídeo e passaram a oferecer aulas e fazer denúncias nas redes sociais, usando os perfis Mídia Guarani Mbya (@midiaguaranimbya) e Existe Guarani em SP (@existeguarianemsp), no Instagram e no Facebook.

Os vídeos denunciavam sobretudo as investidas da especulação imobiliária sobre o território, ameaças que também motivaram Anthony a procurar o curso de Direito. “É preciso fortalecer a luta por meio da arte, mas também no campo jurídico. Como eu convivo com a comunidade indígena, posso contribuir”, declarou à Radis enquanto recebia mais um grupo de visitantes. Para ele, é preciso estar atento ao momento presente para fortalecer a luta que se trava: “A comunidade indígena não está imune às transformações que a sociedade vive”, disse destacando que é importante aliar a sabedoria dos povos originários à tecnologia.

A CIDADE SOBRE A CABEÇA

Os trabalhos que ocupam o quarto e o terceiro andares deslocam o olhar do espectador para a região Sul do país,



onde atua o artista Xadalu Tupã Jekupé. Ele apresenta uma denúncia e um alerta contundentes reunidos na exposição Invasão colonial “Ivyopata” — A Terra vai acabar. O impacto visual promovido por Xadalu é imediato — e tem sua razão. “É necessário um processo que se assemelhe ao reflorestamento da visão”, propõe o texto de abertura, como se preparasse o visitante para a explosão de cores que vem a seguir.

Entre instalações onde se misturam madeira, espelhos, imagens de videogame, roupas e arames farpados, Xadalu manifesta seu território em um varal onde estão penduradas serigráficas espigas de milho, como se anunciassem e protegessem a imagem mais marcante da mostra: uma cabeça-carranca desenhada em preto, cinza, amarelo e vermelho. Arte urbana por excelência, intervenção pós-grafite, como anuncia o próprio autor, a imagem é repetida em série na parede que a exibe, uma afirmação da presença indígena que insiste em colorir o espaço cinza da urbe.

Em vídeo, Xadalu conta que a inspiração partiu da história Nhe’ry: Existe Uma Cidade Sobre Nós, onde o cacique Cirilo narra o modo como foi construída a capital gaúcha. Ele conta que a grande felicidade da comunidade que vivia às margens do rio Guaíba era colher uma fruta chamada aguai (ou aguã), até o momento em que as árvores deram lugar às casas. “A comunidade estava agora no meio de uma cidade. Eles rezam para que as sementes do aguai quebrem o concreto da cidade e floresça novamente o jardim Guarani”.

Do mesmo concreto da urbe são feitas as cabeças que inspiraram a serigrafia pop do artista mestiço Xadalu. São representações das cabeças indígenas que dão sustentação à Catedral Metropolitana de Porto Alegre — o que para o artista “mostra a aculturação e o triunfo do pensamento da

Igreja Católica sobre a nossa comunidade”. Segundo ele, o trabalho fala muito sobre “desenterrar cabeças”, invocar espíritos que nunca deixaram de existir e reafirmar “a palavra do espírito absoluto do espaço, o verdadeiro dono do espaço Nherã”.

ANTES QUE SE APAGUE

Na sala seguinte, no terceiro andar, uma placa indica: “Atenção — área indígena”. No espaço, estão aparentes origens e referências de Xadalu, nascido na antiga Terra Indígena Ararenguá, hoje cidade de Alegrete, no Rio Grande do Sul. Chama a atenção a obra “Somos irredutíveis”, um totem em forma de cruz, embalado em plástico preto e arame farpado, posicionado sobre uma televisão ligada, e uma série de fotografias que mostra indígenas vestindo coletes à prova de bala — onde se lê “guarani mbya”.

O contraste entre técnicas, objetos posicionados no chão — que lembram expositores de vendedores ambulantes nas grandes cidades do país — e vazios mostra porque o artista é um dos mais potentes nomes das artes visuais contra o apagamento da cultura indígena no Rio Grande do Sul. Um “DNA marginal” que se apresenta nas ausências e nas disputas, na asfixia por espaço e na luta por demarcação de territórios.

O amianto que “coloniza” as flores do campo em contraponto aos tecidos onde se borda a resistência diante de longos anos de silenciamento e exclusão. “Antes que se apague: territórios flutuantes”, sinaliza o artista, que se diz movido pela interrogação étnica que marca quem vive na fronteira entre a aldeia e a cidade. Um deleite para os olhos e um petardo para a consciência de quem vive o ambiente urbano e não enxerga aqueles que estão do outro lado da linha, a linha do abismo apontada por Boaventura.

A terceira exposição do museu atravessa as paredes do prédio e se constrói na entrada e nos jardins, aos moldes de uma ocupação. É a Ocupação decoloniza SP Terra Indígena, uma mostra coletiva que reúne impressões em lambe-lambe e intervenções nos muros. A chamar a atenção dos transeuntes, cartazes afirmam que “democracia é demarcar todas as terras indígenas” e que a floresta em pé é capaz de deixar o fascismo no chão. A crítica é decolonial, desconstruindo referências e construindo novas referências — periféricas, comunitárias, indígenas e ainda assim urbanas. A onça-mãe de Tamikuã Txihí reverencia o papel feminino na defesa pela vida, grafismos ocupam paredes e pulseiras são vendidas por artesãos. O museu escapa em direção à rua, portas abertas à espera de visitantes.

No alto do prédio, um salão amplo foi planejado para a escuta e o diálogo, onde repousa uma enorme serpente de tecido. É possível enxergar uma referência à cobra-canoa, citada por Ailton Krenak no ciclo de estudos Selvagem. Um símbolo de origem e transformação que vai ao encontro do objetivo do museu, que é se tornar um espaço de diálogo intercultural, pluralidade e encontros entre povos indígenas e não-indígenas. Quem sabe o início da construção de uma nova memória. Uma memória coletiva e compartilhada onde não haja mais linhas de divisão, mas sim de aproximação. 

UM PORTO DE LIBERDADE

Plataforma de livros da Fiocruz promove acesso aberto a obras raras e de interesse científico e social

LICIA OLIVEIRA

“Apesar de todos os impedimentos e pressões, os cientistas continuavam a trabalhar, com esperanças de melhores dias. Publicavam os resultados de suas pesquisas e os apresentavam a sociedades científicas, congressos, simpósios”. Esta citação abre uma das partes de *O Massacre de Manguinhos*, livro escrito por Herman Lent (1911-2004), médico parasitologista, pesquisador e um dos maiores especialistas no inseto barbeiro, transmissor da doença de Chagas. A obra retrata a ocasião em que dez dos principais pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), incluindo Lent, foram cassados pelo regime militar e impedidos de continuarem exercendo suas atividades na instituição.

Originalmente publicado em 1978 pela Avenir Editora, com capa de Oscar Niemeyer, *O Massacre de Manguinhos* estava esgotado e indisponível. A possibilidade de uma nova edição surgiu com as Edições Livres, selo editorial do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict) da Fiocruz, que tem a missão de lançar publicações com livre circulação na internet de forma gratuita. O selo faz parte da Porto Livre — uma plataforma que abriga livros de interesse acadêmico e social em acesso aberto.

O portal surgiu com o objetivo de ser um repositório de livros editados por diferentes instituições, como universidades,

editoras, movimentos sociais, centros de pesquisa, entre outras. Dentre os parceiros, está a Editora Fiocruz, que já disponibilizou 48 livros — o número pode chegar a 190 obras. Até o momento 345 obras estão disponíveis gratuitamente. As instituições e os autores podem submeter seus títulos para a aprovação de um Conselho Curador que avalia a pertinência à política editorial da plataforma. Inclusive há a possibilidade de que os próprios leitores possam sugerir obras, mas a aceitação depende se o título em questão possui licença para livre circulação na internet.

RESGATE DE RARIDADES

A ideia da Porto Livre nasceu com o projeto “Acesso aberto e uso da literatura científica no ensino”, em que alunos e professores do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS) do Ict pesquisaram sobre títulos utilizados nas atividades de ensino da instituição que não eram facilmente encontrados para leitura — geralmente porque estavam esgotados e, quando disponíveis, só eram localizados em sebos ou lojas virtuais por um preço pouco convidativo. Assim foram escolhidas as primeiras obras a compor o portal.

No caso da obra de Lent, o livro faz parte também da Coleção Memória Viva, criada com a intenção de resgatar e

Acervo

- Bibliografia sobre preservação digital: um RADIS 2011-2022**
Arellano, Miguel Ángel Mándero, Santos, Gládeni Caroline, Silva, Ana Paula A. C. da, Gonçalves.
- Economia e financiamento do sistema de saúde no Brasil**
Gadelha, Paulo, Noronha, José Carvalho de, Castro, Leonardo.
- Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância...**
Freitas, Carlos Machado de, Barcellos, Christovam, Villela.
- Informação e indicadores: conceitos, fontes e aplicações...**
Marques, Aline, Oliveira, Andréia, Romero, Dalila, Castanheira, Débora, Muzy, Jéssica.
- A primeira vacina 100% brasileira contra a Covid-19: a...**
Medeiros, Maurício Zuma, Fialho, Beatriz de Castro, Soares, Priscila Ferraz, Lacerda, Daniel.

reeditar títulos de grande relevância acadêmica e institucional que se encontram esgotados ou indisponíveis. A coleção integra o selo Edições Livres. Outra proposta é a inserção de dissertações e teses que não estão disponibilizadas em acervos online. Os livros lançados pela coleção também são contemplados com exemplar físico, assim como algumas das obras disponíveis pelas Edições Livres.

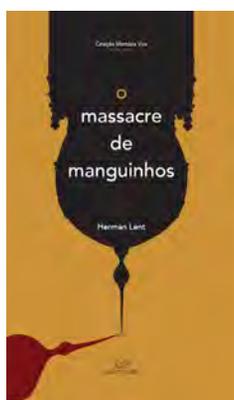
Segundo o diretor do Icict, Rodrigo Murinho, a perspectiva é de que a Porto Livre possa receber mais obras de livre acesso e, por isso, o projeto estimula a participação ativa de autores, editores e leitores. “A democratização do acesso à informação está entre os temas principais do que a gente chama hoje de direitos digitais. Possibilitar o acesso a

conteúdos importantes produzidos por pesquisadores e universidades, e pela sociedade de modo geral, é uma atividade fundamental”, explica. Segundo o diretor, que é pesquisador do tema direito à comunicação e um dos idealizadores da plataforma, o acesso aberto é uma bandeira fundamental da Fiocruz, que passou a ser incentivada após a aprovação da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da instituição, em 2014.

O intuito da plataforma também é colaborar para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à preservação de saberes em vários campos do conhecimento e da memória bibliográfica do país. Para saber mais, acesse: <https://porto-livre.fiocruz.br>



Conheça algumas obras



O MASSACRE DE MANGUINHOS

A nova edição lançada na Coleção Memória Viva foi o primeiro livro do selo Edições Livres, publicado em 2019. Além do texto original de Herman Lent, conta com prefácio de Nísia Trindade Lima, presidente da Fiocruz, que aborda a relação entre ciência e democracia. Também traz dois posfácios, um de Wanda Hamilton, pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), em que faz um apanhado histórico sobre a fundação, contextualizando o cenário histórico da instituição antes e durante o episódio central da obra. O outro texto é de Renato Cordeiro, pesquisador emérito da Fiocruz, que traz o seu próprio relato sobre o Massacre de Manguinhos, além de alguns registros fotográficos de seu acervo pessoal e também do Instituto Oswaldo Cruz.

NATURAL, RACIONAL, SOCIAL: RAZÃO MÉDICA E RACIONALIDADE MODERNA

Com a primeira edição datada de 1987, a obra de Madel T. Luz é referência nos estudos em saúde em interseção com o social. Parte da Coleção Memória Viva, e reeditado em 2019, o título inova ao abordar as práticas médicas a partir de uma visão sociológica e indaga como a racionalidade científica interfere nesse processo. A nova publicação traz uma apresentação da própria autora fazendo um balanço sobre a sua pesquisa 30 anos após a primeira edição. Além disso, conta com o prefácio de André Pereira Neto, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) da Fiocruz, que foi aluno e orientando de Madel no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/Uerj). Também reúne os prefácios das três edições anteriores.



HISTÓRIAS PARA INSPIRAR FUTURAS CIENTISTAS

Publicada em 2021, a obra escrita por Juliana Krapp e Mel Bonfim e ilustrada por Flávia Borges é voltada para todos os públicos, especialmente o infantil e juvenil, ao trazer um pouco da trajetória de várias mulheres pesquisadoras na área da saúde pública. Nomes como Bertha Lutz, Margareth Dalcomo, Christina Morais, Euzenir Sarno, entre outras, compõem o livro em que conhecemos um pouquinho de suas infâncias e como se interessaram pelos seus respectivos temas de pesquisa. Além disso, para cada cientista, há um breve resumo de sua biografia e outras curiosidades.



O AMOR DOS ANDRADE

Ciência, saúde e amor. A Fiocruz Bahia resgata a história familiar e a trajetória profissional do casal Sonia Gumes Andrade e Zilton de Araújo Andrade, conhecidos como “casal Andrade”, em um documentário assinado por Ulla Macedo. Dedicados à pesquisa, ao ensino e à saúde da comunidade, Sonia e Zilton também viveram uma bela história de amor, narrada por meio de depoimentos do casal e de seus descendentes. O percurso amoroso dos dois se confunde com a história do Instituto Gonçalo Moniz, que deu origem à presença da Fiocruz no estado,

e com a trajetória de combate a doenças endêmicas na região, por meio da implementação de laboratórios e da formação de inúmeros pesquisadores que vieram depois. Disponível gratuitamente no YouTube: <https://youtu.be/j2olUCLEPng>.



PEDRO HASSANVISA

VOZES DA FLORESTA

Já está no ar Casa Floresta, um podcast do Instituto Socioambiental criado para propor uma jornada de transformação por meio do resgate das raízes negras e indígenas do Brasil. No primeiro episódio, é possível escutar uma conversa sobre os graves impactos do garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami entre o xamã e líder Davi Kopenawa e a atriz Maria Ribeiro, enquanto observam vitrines de joalherias na rua Oscar Freire, uma das mais caras da capital paulista. Nos cinco episódios seguintes, o podcast promove encontros entre criadores de conteúdo e comunicadores indígenas, de modo a provocar reflexões sobre a importância da diversidade, economia, modos de vida, conhecimento ancestral e pensamento de povos e comunidades tradicionais como inspiração para um futuro melhor.

QUADRINHOS

O mar é um dos protagonistas do roteiro de Um Oceano de Amor (Editora Nemo), história em quadrinhos que narra a busca de uma mulher por seu marido pescador, que foi tragado pelas ondas ao sair para pescar. Escrita por Wilfrid Lupano, um dos nomes mais importantes das HQs francesas, e ilustrada pelo igualmente premiado Grégory Panaccione, a aventura tem como pano de fundo o oceano que pede socorro diante de ameaças como a pesca intensiva, vazamento de óleo e o “continente de plástico” que flutua em suas águas com quilômetros de lixo.

SUICÍDIO, CRIANÇAS E JOVENS

O coletivo de moda e saúde mental Dasdoída lançou o Manual Antimanicomial Pela Vida & Saúde Mental de Crianças e Adolescentes. Com coordenação de Julia Catunda e pesquisa de Judith Zuquim e Luna Alkalay, a publicação é uma cartilha sobre prevenção ao suicídio na infância e na juventude. “Ainda que a maior parte dos suicídios aconteçam na idade adulta, as crianças e adolescentes também se suicidam, e o número de casos nesta faixa etária vem aumentando. É dessa urgência que veio este manual”, defendem as autoras, que assinalam que o suicídio, apesar de complexo, não é indecifrável. Para saber mais: www.dasdoida.com.br/.

SUS PARA TODOS

“O que são atenção básica e atenção primária em saúde, isolamento e quarentena, saúde pública e saúde coletiva? Assistência e atenção à saúde são sinônimos? O que é um problema de saúde pública e como eleger prioridades? De onde veio a ideia de criar um sistema público de saúde no Brasil? Por que saúde tem de ser um direito assegurado pelo Estado?” A partir de perguntas básicas e instigantes como essa, Paulo Capel Narvai, professor titular sênior (aposentado) de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) escreveu o livro SUS: Uma Reforma Revolucionária Para Defender a Vida (Editora Autêntica), um guia para especialistas e leigos se apropriarem da história do SUS nos dias atuais, esclarecendo, entre outros aspectos, a importância de se manter um sistema de saúde universal no país.



A Negação da Ciência e o Armamentismo que ceifou milhares de vidas no Brasil

DANIEL CERQUEIRA*

O grau de convergência dos achados científicos sobre a relação entre a difusão de armas de fogo e crimes é praticamente consensual, de forma análoga ao grau de concordância por estudiosos de que o processo de aquecimento global e mudanças climáticas têm sido provocados pela ação humana.

No Atlas da Violência 2019 fizemos um resumo sobre essa literatura especializada, em que os vários estudos apontados, inclusive alguns baseados em revisões sistemáticas da literatura, deixam claro os achados de que a maior prevalência de armas de fogo está relacionada a maiores taxas de homicídios, de feminicídio, de acidentes fatais envolvendo armas e de suicídio nas sociedades.

As pesquisas empíricas mostram que a difusão de armas de fogo não apenas representa um fator de risco para toda a sociedade, mas conspira contra a segurança dos próprios lares dos indivíduos que possuem tais artefatos. Alguns estudos, como os de Kellermann e coautores, imputam risco até dez vezes maior de alguma pessoa ser assassinada, sofrer suicídio ou acidente fatal com arma de fogo, em lares onde haja armas, comparando a outras residências onde não haja.

Ao contrário da falácia armamentista sobre a qual o mundo estaria dividido entre “cidadãos de bem” e criminosos, até 40% do total de mortes violentas intencionais são devidas a motivações interpessoais, segundo estatísticas oficiais das polícias. São feminicídios, brigas de bar, brigas de trânsito, escaramuças por diferenças ideológicas, entre outras razões. Assassinatos perpetrados por um cidadão que nunca participou do mundo do crime, mas que, em meio a um conflito, sentindo-se empoderado, com uma arma na mão, terminou matando o outro.

Outro ponto importante é que quanto maior o número de armas no mercado legal, mais armas cairão na ilegalidade — seja por extravios, roubos ou vendas intencionais pelos próprios proprietários. A maior oferta de armas de fogo no mercado ilegal faz o seu preço diminuir aí, possibilitando que o criminoso mais desorganizado tenha acesso à mesma, exatamente o jovem criminoso que, com uma arma na mão, sai para praticar assaltos e termina cometendo latrocínio.

Por fim, pesquisas indicam que as chances de um cidadão armado ser assassinado em um assalto aumentam

56% quando o mesmo porta uma arma, comparando com a vítima desarmada. Ou seja, nas cidades, a arma de fogo é um excelente instrumento de ataque, mas um péssimo instrumento de defesa, em face do fator surpresa.

O The Journal of the American Medical Association (Jama) produziu num editorial uma receita clara de como policy makers [formuladores de políticas] podem atuar para reduzir letalidade violenta intencional: “(...) a chave para reduzir as mortes por armas de fogo nos Estados Unidos é entender e reduzir a exposição à causa, assim como em qualquer epidemia, e neste caso são as armas” (tradução dos autores).

No Brasil, negacionistas e viúvas de um Brasil colonial e da barbárie não apenas idolatram as armas de fogo, mas, sem qualquer evidência, disseminam fake news de que o aumento da difusão de armas pela população, proporcionada pela legislação irresponsável do Governo Bolsonaro, vem contribuindo para a segurança pública e para a diminuição de homicídios no país.

Em recente estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, coordenado por mim, baseado em metodologias econométricas robustas empregadas para estimar causalidade em fenômenos sociais, com dados para o país até 2021, encontramos que a cada 1% a mais na prevalência de armas, a taxa de homicídio, assim como a de latrocínio, aumenta 1,1%. Nesse trabalho, mostramos ainda que a difusão de armas de fogo não afeta a taxa de outros crimes contra o patrimônio, revelando que o argumento do uso defensivo da arma de fogo é um mito. No cômputo geral, encontramos que se não fosse a legislação de armas para todos, pós 2019, 6.379 vidas teriam sido poupadas neste período.

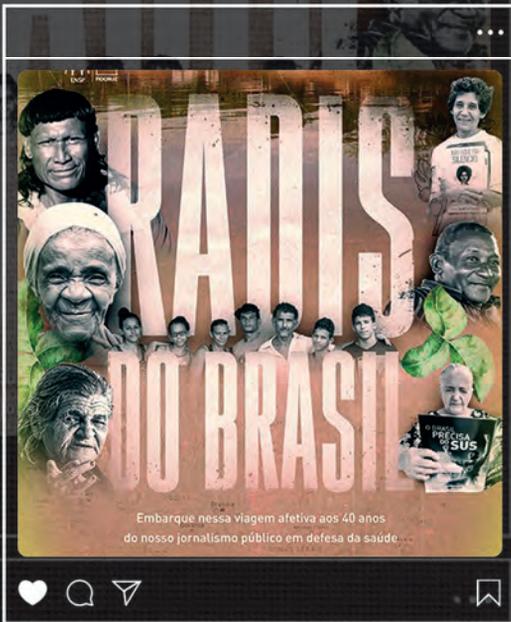
É fundamental que o próximo presidente da República lastreie suas decisões em evidências científicas. No que diz respeito à matéria aqui tratada, é urgente que se revogue integralmente todos os mais de 40 dispositivos infra legais sobre armas de fogo e munição sancionadas a partir de 2019. Além disso, é crucial promover no Congresso Nacional um aprimoramento na legislação de controle responsável desses artefatos, com a extinção da categoria de colecionadores de armas, entre outras aberrações ainda vigentes. Como sabemos, ciência e boa gestão salvam vidas. 

* DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN) E COORDENADOR DO ATLAS DA VIOLÊNCIA. ARTIGO ORIGINALMENTE PUBLICADO NO JORNAL DA CIÊNCIA (3/10).

COMUNICAÇÃO PÚBLICA À SERVIÇO DA SAÚDE

ACESSE NOSSO INSTAGRAM

@radisfiocruz



Siga a Radis no Instagram e no Facebook e acesse nosso site para atualizações